

II. O CONTROLE DO COTIDIANO OPERÁRIO

Na cidade de São Paulo, o "quadro de vida" do operariado fora dos locais de trabalho, como se tentou demonstrar, estava circunscrito e atravessado pelos interesses do capital, o que é próprio na sociedade capitalista.

Neste capítulo, pretende-se abordar a dominação do elemento operário fora dos locais de trabalho. Tornou-se quase lugar-comum a afirmação de que a estratégia da sociedade capitalista, mesmo sem uma lógica fatalista e predeterminada, consiste na dominação do operário dentro e fora da fábrica. Historicamente, no entanto, esse domínio sobre o proletariado industrial e urbano se efetivou diferentemente nos locais de trabalho e fora deles, em períodos e locais determinados. Homogeneizar mecanicamente a dominação no "trabalho" e, por decorrência, na "vida", de certa forma retira a historicidade de um processo que ocorre conflituosamente a partir da emergência do operariado como força social desde os fins do século XIX na cidade de São Paulo. Como se sabe, a "estratégia capitalista de dominação" do cotidiano operário fora das fábricas, dos locais de trabalho, foi extremamente complexa e pode ser vista sob inúmeros aspectos e múltiplos ângulos.¹ Foram múltiplas, por exemplo, as estratégias de poder e controle sobre o operariado, sendo levadas a cabo por agentes históricos concretos nem sempre diretamente ligados ao capital, pertencentes a diferentes grupos sociais, localizados em instituições de natureza, âmbito e alcance diversos, em agências vinculadas ou não ao poder público, etc. Essas múlti-

1. Déa Ribeiro Fenelon, "Fontes para o Estudo da Industrialização no Brasil — 1889-1945", in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, março de 1982, n.º 3, pp. 79-115.

plas estratégias de poder e controle emergiam pontual e “inconscientemente” no interior da sociedade capitalista visando conformar o operariado à ordem burguesa.²

O objetivo deste capítulo é verificar como, na década de 20 e início da década de 30, o cotidiano operário, em alguns de seus aspectos, foi visto, pensado, e como foram elaboradas soluções para os problemas operários. A maneira como o operário e/ou o pobre foram vistos na sociedade capitalista foi responsável, de certa forma, pela maneira com que foram tratados pelos tipos de legislação, modos de administração, tipos de filantropia e formas de política pública e privada que tão concretamente afetaram sua vida e condição.³ Tencionava-se também mostrar como a dominação do operário fora dos locais de trabalho tentava se efetivar e se efetivava na cidade de São Paulo através de inúmeras formas de controle. No decorrer do referido período pode ser identificada, especificamente, uma preocupação unificadora com a racionalização e adequação da vida operária em seus múltiplos aspectos, por parte de diferentes instituições, agências do poder público, setores sociais.

2.1. O PADRÃO DE VIDA OPERÁRIA — SALÁRIOS/ALIMENTAÇÃO

Nos inícios da década de 30 realizam-se estudos e inquéritos sobre as condições de vida da classe trabalhadora em São Paulo cujo objetivo explícito é estabelecer padrões de vida da família operária para estudo e possível solução “racional” de problemas relativos à produção e ao custo de viveres, aos transportes, à “assistência social”, à habitação. A Escola Livre de Sociologia e Política, o Instituto de Higiene e o Instituto de Educação da Universi-

dade de São Paulo foram as instituições responsáveis por alguns dos principais estudos nesse sentido.

Entre 1932-1933 o Instituto de Higiene realizou um inquérito sobre alimentação popular no bairro de Pinheiros, sob a direção dos doutores Paula Souza, Ulhoa Cintra e Pedro Egydio de Carvalho. Educadoras sanitárias e alunas do Instituto de Higiene levaram fichas relativas não só ao “consumo dos principais alimentos de uso habitual” como “a assunto de ordem social e econômica (condições gerais de habitação e renda, etc.)”. Este trabalho seria o primeiro de uma série de estudos que o Instituto de Higiene pretendia levar a cabo valendo-se dos recursos dos poucos centros de saúde existentes na época na cidade de São Paulo. A Escola Livre de Sociologia e Política realizou em 1934 o estudo “Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo”, sob a orientação do professor Horace B. Davis (sociólogo americano contratado por essa escola), em colaboração com o Instituto de Higiene e com o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Aparentada como a primeira pesquisa desse gênero realizada no Brasil com operários industriais, esta teria inclusive recebido elogios do Bureau International de Trabalho. Dentro de uma perspectiva metodológica da escola norte-americana de sociologia da época, o levantamento foi feito com 221 famílias escolhidas ao acaso em diferentes bairros operários de São Paulo (Ipiranga, Cambuci, Bela Vista). Estas famílias preencheram, durante um mês, uma caderneta onde deviam ser especificados seus gastos com habitação, alimentação e vestuário. Além disso, os pesquisadores (educadoras sanitárias e alunos da Escola Livre de Sociologia e Política) investigaram o tipo de habitação, vestuário, alimentação e salários, conferindo também os dados lançados nas cadernetas pelas famílias e atendendo para sua “coerência e veracidade”. Esta pesquisa constitui um dos primeiros relatórios da Escola de Sociologia e Política que, fundada em 1933, prestava serviços diretos, na época, à Prefeitura de São Paulo. Entre 1936-1937, também com a participação do Instituto de Higiene e Escola de Sociologia e Política, realizava-se outro estudo sobre padrão de vida, sob a direção de Samuel Lowrie: “Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo”.*

* Todos estes estudos e inquéritos já foram citados no primeiro capítulo com as devidas referências.

2. Gareth S. Jones, *Outcast London*. Harmondsworth, Middlesex, England: Penguin Books, 1976; “Le Londres des Réprouvés; de la ‘démoralisation’ à la ‘dégénérescence’”, in *L'Histoire des Faubourgs*. Recherches, Fontenay-sous-Bois, 1978, pp. 37-8; Lion Murard e Patrick Zylberman, *Le Petit Travailleur Infaillible*. Recherches, Paris, 1976; Michel Foucault, *La Verdad y las Formas Jurídicas*. Barcelona, Gedisa, 1980, pp. 89-115; Lion Murard e Patrick Zylberman, *Le Soldat du Travail (Guerre, Fascisme et Taylorisme)*. Recherches, Paris, 1978.

3. Gertrude Himmelfarb, “The Culture of Poverty”, in H. J. Dyos e Michael Wolff (Orgs.), *The Victorian City — Images and Realities*. Londres e Boston: Routledge e Kegan Paul, 1973, volume 2.

O que tinham em comum estes estudos? Todos se valiam de um discurso eminentemente técnico e científico, realçando a metodologia quantitativa e precisa usada na realização dos trabalhos. O problema das condições de vida era pesquisado e enfocado de uma perspectiva técnica. Abstraíram-se as condições reais do mercado de trabalho, o operariado como agente social ativo, as "determinações" mais gerais do cotidiano operário e buscava-se estabelecer relações entre custo de vida e salários, tentando-se definir os padrões de vida operária existentes e sua possível adequação ao desenvolvimento produtivo da nação. Todos os estudos chegam a conclusões ou resultados semelhantes, embora registrem observações diferentes no decorrer de sua apresentação. Os padrões de vida estabelecidos eram considerados precários — às vezes miseráveis —, apontando-se a inadequação dos salários face à alta contínua dos preços dos gêneros alimentícios, habitação, vestuário, etc. A preocupação com o estabelecimento de uma fronteira mínima de subsistência está implícita nas tentativas difusas de estabelecimento de níveis salariais e condições de "reprodução da força de trabalho". Embora nem sempre explicitada há nesses inquéritos a defesa do estudo e pesquisa da vida operária para configuração de estratégias de controle e amenização das tensões sociais. É sobretudo um "discurso competente" que se estabelece sobre o viver-operário.⁴ As lutas operárias por melhores salários, melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, melhores condições de vida, que marcavam a consciência que a classe operária tinha de sua situação concreta de existência, eram de certa forma digeridas e apropriadas por técnicos, ligados ou não ao poder constituído institucionalmente, na tentativa de administrar indiretamente uma ordem social que, embora injusta, era "natural", ou melhor, no final das contas, já estava dada. A afirmação de um médico higienista da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo nos inícios dos anos 20 sintetiza e expressa de certa forma a postura subjacente a esses inquéritos e estudos da vida operária:

"Querer cercar o trabalhador do mesmo bem-estar de que goza o capitalista seria sem dúvida fugir à realidade da vida; mas nada mais justo que os dirigentes procurarem conhecer das

4. Marilena S. Chauí, *Cultura e Democracia — O Discurso Competente e Outras Falas*. São Paulo, Moderna, 1981, pp. 10-1.

necessidades dos humildes, para remover na medida do possível as causas de sua degenerescência física moral.

Faz-se absolutamente necessária a intervenção do Estado por estarem eles naturalmente desarmados não só pela ignorância em que vivem, como também pela necessidade de se submeterem ao capricho e à ganância dos poderosos".⁵

Esses inquéritos e estudos subsidiaram a administração pública em várias de suas iniciativas quanto ao operariado. É sintomático que Oscar Egídio de Araújo, em 1940, recorde e analise esses estudos, ressaltando o interesse demonstrado notadamente pelo governo federal no decorrer dos últimos anos da década de 30, no que se referia principalmente à alimentação: apontava as inúmeras leis que teriam vindo a melhorar as condições de vida e alimentação do trabalhador.⁶ Admitindo terem as pesquisas de Davis, Ulhoa Cintra, Paula Souza e Lowrie fornecido subsídios para o estudo do salário mínimo, Araújo, como os estudiosos dos padrões de vida operária, transforma, em suas conclusões, em problema eminentemente técnico a alimentação do operário, por exemplo, ao considerá-la um problema educativo. Reconhecendo que o problema alimentar era atravessado pelo salarial, Araújo acentua que o mesmo de vista, ele deveria ser considerado de modo urgente e imperativo. Parte então para a proposta de soluções racionais: restaurantes coletivos, cozinhas populares, cooperativas alimentares por empresa fabril, etc., cujo cunho educativo era realçado. Assim, deveriam ser realizadas "conferências pelo rádio, nas escolas das fábricas e nas associações de classe, por *especialistas* devidamente preparados no intuito de mostrar, com clareza e simplicidade, as deficiências da alimentação dos trabalhadores e de suas conseqüências perniciosas para o indivíduo e para a coletividade".⁷ As soluções racionais e técnicas propostas beneficiariam a todos, igualando trabalhador, patrão e Estado, uma vez que o trabalhador seria melhor alimentado, o patrão teria empregados mais produtivos e com maior capacidade e o Estado filhos mais fortes e saudáveis.

5. Jaime Cardoso Americano, *op. cit.*, p. 3.

6. Oscar Egídio de Araújo, "A Alimentação da Classe Obreira de São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1940, n.º 69, pp. 91-116.

7. *Idem*, pp. 111-2.

O estabelecimento do salário mínimo ocorreu paralelamente a esses inquéritos e pesquisas sobre o padrão de vida operário realizados no município de São Paulo. A pesquisa desenvolvida por Lowrie em 1936-1937 teria sido encomendada pelo governo municipal, segundo Sergio Milliet, em atenção aos dispositivos legais federais que previam o estabelecimento de um "salário mínimo" capaz de satisfazer as necessidades normais do trabalhador de acordo com as condições de cada região (art. 121, parágrafo 1.º, letra b).⁸

Dizia Sergio Milliet que se a determinação do custo de vida era necessária para a totalidade da população, muito mais importante o era em relação aos operários públicos, uma vez que cabia ao governo saber o quanto pagava a seus operários de "baixa categoria".

São Paulo, como centro industrial mais importante do país e, com maior proporção de operários, sentia mais agudamente os efeitos do "industrialismo e do urbanismo", causas principais de uma urgente legislação especial sobre os salários. O governo municipal contribuiria nesse sentido: 1. pelo estudo e determinação do custo de vida nas "classes baixas"; 2. pelo exemplo, fixando ele próprio o salário mínimo de seus funcionários, de acordo com os fatos observados nas pesquisas municipais; 3. pela elaboração e manutenção de índices de preços e de padrão de vida, de forma a constituírem bases permanentes ao *estabelecimento racional e objetivo* do salário mínimo.⁹

Bastante significativa era a afirmação de Sergio Milliet sobre a importância dos estudos de padrão de vida do operariado realizados em São Paulo no decorrer da década de 30:

"Em resumo: a determinação do salário mínimo deve basear-se no estudo objetivo do padrão de vida. Para que este salário seja sempre útil, deve sofrer modificações periódicas correspondentes às oscilações do custo de vida. O único método prático consiste na elaboração de índices de preços. E para que preencham seus fins, estes devem ser científicos e baseados no conhecimento perfeito da importância dos vários gêneros no custo de

8. "Salário Mínimo", (Noticiário) in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, n.º 32, p. 118.

9. *Idem*, p. 119.

vida, isto é, basear-se na determinação prévia do padrão de vida. Os três elementos — salário mínimo, padrão de vida e índice do custo de vida — são, portanto, interdependentes. A *pesquisa objetiva do padrão de vida é requisito primeiro e essencial ao estabelecimento científico de qualquer um dos outros dois. Fixar um salário mínimo por qualquer outro método será agir de modo subjetivo, geralmente ineficaz e de nenhum valor prático. Ora, em relação à solução dos problemas sociais, tudo o que não for prático será demagógico e portanto pernicioso*".¹⁰

O anteprojeto de regulamentação da Lei do Salário Mínimo, a partir dessas postulações, era acusado de estabelecer determinações mais políticas e mais idealistas do que objetivas. A lei sem um estudo científico decepcionaria patrões e operariado. A necessidade de um espírito mais "objetivo e científico" em relação à Lei n.º 185, de 21-11-1936 (que afinal acaba sendo incorporado) é enfatizada. O município de São Paulo é apontado como exemplo para outras partes do país por ter iniciado o estudo das classes trabalhadoras, organizando concomitantemente os índices permanentes de preços.¹¹

A racionalidade, a cientificidade, a exatidão de cálculos são enfatizados pelos poderes públicos municipais e instituições: a desigualdade social não encontra lugar no discurso administrativo enquanto denúncia de uma ordenação injusta; configura-se sempre como problema passível de amenização e solução sobretudo técnica. Ao estabelecer-se um salário mínimo racional e científico retira-se principalmente do operariado a possibilidade de decidir sobre o "mínimo suficiente". Padrão de vida e índices de preços, investigados e determinados por técnicos, tornam-se cada vez mais realidades inatingíveis e inexplicáveis para o próprio operariado. Retirava-se do operário, cada vez mais, a possibilidade de falar com "competência" sobre sua própria situação. Os problemas cotidianos do operariado da cidade eram equacionados e decididos por instâncias cada vez mais distantes.

10. *Idem*, p. 122.

11. *Idem*, pp. 118-24. É interessante observar que a crítica ao espírito da lei não esconde o temor de que sua aplicação trouxesse como resultado o aumento dos salários em geral, uma vez que, sem "objetividade", o salário determinado poderia ser superior ao padrão salarial e custo de vida correntes. Os patrões teriam se oposto ao plano, pois este jogava sobre a indústria um fardo insuportável.

Os salários estabelecidos de acordo com o *mínimo* necessário para a sobrevivência possibilitaram apenas, ao longo da década de 40, uma alimentação quantitativamente "suficiente", mas qualitativamente inadequada. A desproporção crescente entre salários e custo de vida, a despeito de toda pesquisa "racional e científica", tendia a se acentuar drasticamente. Em um Primeiro Congresso Médico-Social Brasileiro, realizado em março de 1945 na capital do Estado de São Paulo, são "ventilados vários problemas sociais". Promovido pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo, Associação Paulista de Medicina, Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e outras sociedades médico-culturais do país, o Congresso chega a algumas conclusões dramáticas: a subalimentação era agravada constantemente pelo aumento exagerado do custo de vida (o aumento geral no custo das mercadorias na cidade de São Paulo de 1935 a 1944 teria sido de 101,7%, enquanto que as "classes operárias" teriam recebido aumento de salários de cerca de 20%).¹²

Perguntava-se: "Como exigir eficiência no trabalho do operário ou de qualquer trabalhador, quando se verifica que todos eles mal se nutrem para se manter? Fechar os olhos a estas realidades visíveis ao mais displicente ser humano é manter esta classe de gente numa eterna inquietação, relapsa a qualquer disciplina, e sujeita a toda a espécie de infecção ou de doença, em geral".¹³

Reconhecendo o trabalho realizado em termos da alimentação popular por parte da intervenção do estado na melhoria das condições de vida do trabalhador (inclusive para melhoria da produtividade e garantia da reprodução da força de trabalho), um dos congressistas insiste no desequilíbrio orçamentário do operariado, no "mau humor" proverbial do brasileiro, na subalimentação como fator de decadência, na questão assombrosa da mortalidade infantil, sonhando com uma "raça forte", com um ministério de saúde pública, ou conselho médico de pesquisas, ou comissão oficial de nutrição capazes de equacionar os problemas, solucionando-os tecnicamente. A "educação alimentar do povo" seria indispensável. Constatando a pobreza e a miséria, almejavam planejar, educar.¹⁴

O discurso médico constata as condições precárias de existência

12. Francisco C. Araújo F., *Problemas Sociais da Alimentação*. São Paulo, 1945, pp. 77-9 (mimeo.).

13. *Idem*, p. 78.

14. *Idem*, pp. 6-65.

do operariado na década de 40, mas reproduzia o tom técnico, educativo, disciplinar e conformista do discurso que se instituiu, se justifica e se propaga ao longo das décadas de 20 e 30.

2.2. HABITAÇÃO: PROBLEMA OPERÁRIO/ PREOCUPAÇÃO DE MUITOS

Desde os fins do século XIX o operariado se aloja precariamente na cidade de São Paulo em habitações geralmente coletivas onde o aluguel é elevado. Na década de 1890 os poderes públicos municipais se informam sobre as habitações operárias na capital do estado através de relatórios,¹⁵ embora anteriormente já tivessem buscado "ordenar o caos" diante da nova realidade urbana que emergia principalmente com o desenvolvimento comercial e industrial crescentes nas décadas de 1870-1880. O padrão municipal de 11-8-1886 já discriminava a "habitação operária", prevendo uma periferização compulsória, uma segregação espacial do operariado,¹⁶ constatando em parte o que ocorria, uma vez que o operariado se localizava principalmente nos bairros da várzea que se formavam em volta do centro da cidade.

Coincidentemente, após o relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia em 1893/1894, estabelecem-se medidas (1897) que visavam encorajar tanto companhias públicas como privadas a construir "vilas operárias higiênicas" em terrenos da periferia, mais baratos. Com a Lei n.º 498, de 14 de dezembro de 1900, o município de São Paulo legisla mais efetivamente sobre a habitação operária.

No início do século XX, nas duas primeiras décadas, a construção de moradias destinadas à habitação do operariado industrial e urbano já se configurava como negócio lucrativo. Vilas operárias, habitações em série, de teto mais baixo, pequenas e modestas, muitas vezes afastadas das vistas da rua, passam a ser construídas por

15. "Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia — 1893", in *Relatório do Intendente Municipal*, São Paulo, Tip. A. Vap. de Espindola, Siqueira e Companhia, 1894.

16. Hugo Segawa, "Anos 10. Um Concurso de Habitação Operária", in *Módulo. Revista de Arte, Cultura, Arquitetura*, maio-junho de 1981, pp. 12-7.

especuladores, por companhias construtoras e imobiliárias ou pelos próprios industriais (no caso, primordialmente destinadas para habitação de trabalhadores mais qualificados e especializados), mas, ao contrário do discurso do poder público, nunca constituíram economia significativa ou solução para o problema que o operariado enfrentava com a habitação. Os poderes públicos, municipais e estaduais facilitaram durante todo o período um investimento seguro do capital no negócio da habitação popular e operária, garantindo um retorno altamente lucrativo, limitando os juros para o capital investido na construção de "casas populares". Os "investidores" faziam dos aluguéis um alto negócio.

Exemplo bastante expressivo é o da Companhia Iniciadora Predial que, na década de 30, se dedicava à construção de casas para a classe média, mas que nos anos de 1912 e 1913 se lançou à construção de moradias operárias:

"A Companhia adquiriu por compra, em boas condições de preço, terrenos em vários bairros da cidade, nos quais tem em construção grupos de habitações de um só pavimento, para operários, e de sobrados de tipo popular, também para pequeno aluguel. Estas operações representam um emprego lucrativo de capital".¹⁷

Companhias "mutualistas" que buscavam dar a seus associados — mutuários — prédios de moradia mediante prestações mensais, investiram algumas vezes também no rendoso negócio da habitação operário-popular (caso da União Mútua, Companhia Construtora e de Crédito Popular, Companhia Mútua de Crédito Predial etc.).

Cooperativas nas quais os cooperados pagavam mensalidades visando receber pensões exploravam ou investiam em casas destinadas ao operariado industrial e urbano, cobrando aluguéis elevados (caso, por exemplo, da Cooperativa Paulista, cujos procedimentos, nem sempre idôneos, foram denunciados pela imprensa).¹⁸

Alguns industriais também construíram vilas operárias junto às suas fábricas ou estabelecimentos, embora na capital do estado

17. *Impressões do Brasil no Século XX — Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústria e Recursos*. Londres, Lloyd's Greater Britain Publishing Co. Ltd., 1913, p. 669.

18. *A Nação*, 5-4-1927.

esse esquema não fosse tão freqüente como em geral se supõe. Segundo Bandeira Júnior, por volta de 1900, Antonio Penteadó já edificava no Brás, ao lado dos edifícios onde funcionavam suas fábricas, outro destinado à habitação dos seus numerosos operários, mas esse tipo de iniciativa não se generalizou na cidade até meados da década de 30. Primeiramente porque esse tipo de empreendimento demandava inversão relativamente alta de capital, possível somente aos grandes estabelecimentos industriais, que não eram maioria até o início dos anos 30. Em segundo lugar, porque não houve necessidade premente de fixar os trabalhadores não-especializados junto às fábricas ou locais de trabalho. Geralmente as vilas operárias ou conjuntos de habitações operárias de propriedade das indústrias se destinavam, na cidade de São Paulo, aos mestres e contramestres, que era necessário reter e controlar junto à produção. A Companhia Antárctica, por exemplo, edificou na rua da Moóca uma série de casas, mas somente para os "cervejeiros", operários mais especializados. Uma fonte bastante interessante, contendo descrição e propaganda dos maiores e mais importantes empreendimentos comerciais e industriais no Estado de São Paulo nos anos de 1913 e 1919, indicou indiretamente tal ocorrência.¹⁹ Alguns exemplos são bastante ilustrativos. A Companhia de Calçados Clark, cuja fábrica havia sido fundada no bairro da Moóca em 1904 e que em 1913 contava com cerca de 450 operários, tinha casas edificadas somente para os contramestres, que eram ingleses ou italianos, considerados "habilíssimos" em seu ofício. Além das moradias dos contramestres existiam, nas vizinhanças da fábrica, instalações recreativas e educativas oferecidas no intuito de preservá-los junto às suas funções.²⁰

19. *Impressões do Brasil no Século XX — Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústria e Recursos*, op. cit.; *Os Estados Unidos do Brasil (Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústria e Recursos)*. Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo, South American Intelligence Co., 1919.

20. "Junto às casas edificadas para moradia dos contramestres, em lugares sociais, físicos e intelectuais dos mesmos, havendo nesse edifício um confortável gabinete de leitura, sala de bilhar, jogos de xadrez e outros passatempos, além de amplo salão para reuniões. Ao lado desse edifício há também um campo de lawn-tennis, futebol e jogo de bolas. Igualmente, no intuito de melhorar as condições intelectuais dos operários e dos seus filhos, a Companhia lhes proporciona uma bem orientada instrução sob a direção de professores competentes, recomendados pelo Mackenzie College" (*Impressões do Brasil no Século Vinte*, op. cit., p. 689).

A Fábrica de Ferro Esmaltado Silex, situada no Ipiranga (rua Thabor), que em 1919 ocupava uma área de 40.000 metros quadrados, empregando no período, cerca de 500 operários, dispunha apenas de 50 casas reservadas para residência dos operários mais antigos.²¹

Vilas operárias de propriedade de indústrias, que ofereciam algumas “vantagens” maiores aos operários ali residentes (maior número de habitações com aluguéis mais baixos, melhores condições materiais de vida em geral), eram mais frequentes no interior que na capital do estado, pelo menos até meados da década de 30. No interior, várias indústrias haviam se constituído longe de povoações ou municípios, necessitando por isso erguer vilas operárias para moradia dos seus trabalhadores. Com o fito de fixar o operariado junto à fábrica, os industriais (em geral grandes industriais) ofereciam algumas facilidades aos trabalhadores para que se dispusessem a permanecer junto aos locais de trabalho. A Fábrica Votorantim constitui exemplo bastante expressivo. Suas primeiras instalações para as máquinas foram erguidas no início do século mais ou menos em 1904. Localizada nas proximidades de Sorocaba (a 6 quilômetros de Sorocaba e a 115 de São Paulo), a indústria teve, no entanto, que construir na época uma linha férrea para comunicar-se com Sorocaba e praticamente construir uma “cidade operária”. Esta, situada nas vizinhanças da fábrica, teria em 1913 acomodações para 3.000 operários, possuindo jardins públicos, clubes, escolas, lojas, iluminação elétrica. Em 1919 foi descrita da seguinte forma:

“A fábrica está situada em uma vila industrial com população de cerca de 6.000 almas e cerca de 500 casas operárias de propriedade da fábrica, além de cerca de 200 casas mais de propriedade de particulares (...); tem água encanada, esgoto, luz elétrica, cinema, clube, igreja (em construção), campo de esportes, futebol, lawn-tennis, enfim, todos os atrativos e passatempos necessários para amenizar a vida dos operários... A vida dos operários é muito facilitada com a redução das despesas de aluguel de casa, que a fábrica facilita às famílias operárias de 9\$000, 10\$000 e 12\$000 por mês e por família, casas estas que na capital custariam 45\$000 a 60\$000.

21. Os Estados Unidos do Brasil, op. cit., p. 492.

Os gêneros alimentícios também... nunca excedem os preços dos da capital e de Sorocaba, ao mesmo tempo que os salários são mais elevados que em qualquer outro lugar do estado.”²²

Algumas fábricas construíram vilas operárias na capital devido à sua localização nos inícios do século. A Cooperativa das Fábricas de Chapéu (Cia. Manufatora Paulista, Manufatora de Chapéu Italiano-Brasileira, Souza Pereira e Cia., etc.) mantinha em 1913 uma vila operária de sua propriedade junto à fábrica de Vila Prudente, lugarejo na época considerado “próximo da capital”. A Falchi é o exemplo mais conhecido nesse sentido, pois deu origem ao bairro de Vila Guilherme.

Alguns estabelecimentos industriais de certo porte investiram na construção de casas populares, alugando-as a preços relativamente elevados para seus operários (Vidraria Santa Marina, Cotonifício Rodolfo Crespi, Cigarros Sudan, Chapéus Ramenzoni, Cia. Lacta). O operariado pagava os aluguéis exigidos atraído pela facilidade de se situar próximo aos locais de trabalho.

É sintomático que a vila operária conhecida como Maria Zélia, de propriedade dos Street e mais tarde dos Scarpa — grandes industriais têxteis nas primeiras décadas do século XX — ainda fosse apontada em 1926 como exemplo a ser imitado e seguido, como iniciativa não muito frequente:

“A Sociedade de Medicina poderia fazer um apelo aos industriais, no sentido de construir casas para seus operários, não só no sentido de lhes oferecer vida melhor, como para estabelecer, no que lucrará a própria indústria. Seria uma preciosa colaboração ao problema que, pela sua extensão, necessita da cooperação de todos. Apelo aliás perfeitamente justo e realizável, pois a fábrica Maria Zélia oferece aos seus operários, além de outros benefícios, casas perfeitamente higiênicas e confortáveis.”²³

O problema habitacional enfrentado pelo operariado desde o fim do século XIX somente se agravou no decorrer das primeiras décadas do século. As “vilas higiênicas e econômicas” preconizadas na década de 1900 tendiam a se tornar realidades cada vez mais

²² *Idem*, p. 234.

²³ F. F. Mello, op. cit., p. 295.

inatingíveis, sendo projetadas para um futuro cada vez mais remoto. A ocupação de zonas cada vez mais periféricas pelo operariado, a partir principalmente dos meados da década de 30 e início da de 40, não importou em melhoria qualitativa da habitação.²⁴

A preocupação revelada no relatório de 1893/1894 com a habitação coletiva e "promíscua" da classe pobre e operária, "onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida",²⁵ incorporada pontualmente pelos poderes públicos municipais e estaduais (de diferentes maneiras e com objetivos às vezes divergentes), parece transformar-se ao longo da década de 20 e início de 30. A preocupação que percorre o todo social com a ameaça que a "habitação insalubre e nojenta" do proletariado representava desde fins do século XIX se explicita de maneira diferente ao longo da década de 20, notadamente após a intensa movimentação operária de 1917-1920.²⁶

A ineficiência da legislação existente para a garantia de habitações baratas e higiênicas para as "classes pobres", a insuficiência da fiscalização quanto aos alugueis, a falta de coordenação das iniciativas públicas e privadas quanto à questão da habitação popular passam a ser assinaladas, enfatizando-se mais os aspectos técnicos da questão e, tendo em vista não somente a diminuição das tensões e conflitos sociais na cidade, mas a disciplinarização do operariado, seu "saneamento físico e moral" em prol de ideais

eugênicos. Médicos, engenheiros, higienistas, sanitaristas e instituições insistem na utilização racional das áreas devolutas em "bairros salubres" (distantes do centro), na melhoria do transporte urbano e na redução de seu custo, na construção de moradias saudáveis e baratas para o operariado como "preparação inicial do importante problema eugênico", para o estabelecimento da obediência e da ordem nos meios operários.

Para a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, órgão representativo dos médicos, o problema das habitações operárias seria obviamente de interesse médico-social, uma vez que sua solução traria como consequência para a saúde pública o decréscimo dos casos de tuberculose, de moléstias infecto-contagiosas e a diminuição da mortalidade infantil. No entanto, os aspectos morais eram sempre mais enfatizados quando se tratava da habitação popular. Assim, quando a questão da habitação era trazida intermitentemente a público pelos prefeitos da cidade, ressaltava-se a sua importância vital para o estado, quer pelo lado econômico, ou moral:

"Desnecessário se torna encarecer o mérito de tal empreendimento, tanto mais quanto, se refletirmos um pouco, ele, de futuro, terá repercussão profunda na vida nacional, pelo aperfeiçoamento físico que traz à saúde e pelo aformoseamento moral que dá um ambiente de paz, de ordem e de conforto, oferecido pela habitação higiênica, se o exemplo frutificar pelas demais unidades da Federação.

A habitação higiênica que se possa oferecer ao nosso povo, ao nosso operariado, é o preparo inicial do importante problema eugênico. A melhoria da habitação operária à grande massa da população é de tão grande importância que quase se pode dizer acarreta consigo a resolução de uma série de necessidades que têm por origem vícios e defeitos de ordem moral e física, gerados seguramente na convivência e nesse ambiente confinado, nessa atmosfera deletéria ao corpo e ao espírito.

A vida em comum facilitada por essa solidariedade esponsânea das classes pobres, que, para se defender na luta pela vida, se congregam e mesmo se amontoam... é fonte de muitas moléstias como é causa de múltiplos delitos".²⁷

27. Francisco Figueira Mello, *op. cit.*, p. 291.

24. Antigos moradores do bairro do Itaim-Bibi (que começa a ser loteado e formado entre 1934/1935) afirmam que na década de 40 "amassavam muito barro" para chegar "ao asfalto e à condução" (av. Brigadeiro Luiz Antonio) morando em casinhas de um ou dois cômodos, situadas em grandes terrenos, pagando aluguel. Muitos nunca adquiriram casa própria, sendo expulsos das áreas centrais do bairro com a urbanização mais efetiva que se processa na década de 50 e que obedece a um padrão cada vez mais "classe média".

25. "Desbravando" as zonas semi-rurais, o operariado é expulso com a urbanização para áreas mais periféricas, sem nenhuma infra-estrutura ou com equipamentos urbanos insuficientes.

26. "É preciso cuidar da unidade urbana a habitação, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre... onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela necessidade de viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele..." ("Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações", *op. cit.*, p. 43).

26. Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976.

A população operária da capital, vista geralmente como gente de cultura inferior, estaria potencial e efetivamente predisposta à criminalidade e à revolta:

“Resultando dessa massa heterogênea, a criminalidade, a prostituição, a doença, e mantendo o baixo nível moral e físico dessa gente.

Qual produto poderiam dar essas espeluncas...?

Neles não pode haver espírito sereno e alegre, alma animada dos seus intuitos de progredir, desejo salutar de aspirar mais folgada situação, nem propósito de obediência e ordem, morando o operário nesses cortiços sendo pelo contrário mais natural que a escuridão das alcovas reflita-se em sua alma, *gerando a máltia tristeza, mãe das revoltas, produtora dos crimes, impulsora do alcoolismo e dos vícios*”²⁸

A preocupação com as gerações futuras de trabalhadores também se colocava, uma vez que “doentes e raquíticos” constituiriam, como adultos, “maus operários e maus elementos e consequentemente revoltados e indolentes”.²⁹ Os ideais eugênicos ligados aos ideais da produtividade e trabalho justificaram, de resto, os inúmeros estudos realizados e soluções propostas para a proteção da infância pobre e operária nas décadas de 20 e 30.

A solução do problema da moradia operária em São Paulo não residiria somente em medidas práticas efetivamente adotadas:

“São meus votos, para maior brilho da atual administração municipal, que dentro em breve, com a cooperação do economista, da engenharia sanitária e do higienista, seja uma realidade as casas para operários de São Paulo. (...)”

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, como órgão representativo da classe médica, poderia *abrir campanha pela imprensa sobre o assunto, preparando o espírito do povo* para que a ação do governo do Estado, do governador da cidade e da Repartição Sanitária, seja bem aceita e até mesmo suportada com algum sacrifício para uma melhoria definitiva”.³⁰

28. *Idem*, pp. 291-2.

29. *Idem*, p. 292.

30. *Idem*, p. 295.

Dois aspectos se revelam como novos no discurso médico e higienista dos anos 20 acerca da habitação popular (que podem ser encontrados também em outros assuntos relativos à vida operária): a importância crescente conferida ao conhecimento especializado e técnico (onde o tom eugênico é uma constante) e a importância crescente de uma ação mais preventiva que repressiva dos serviços de saúde, para obtenção de resultados mais efetivos junto ao operariado, não só do ponto de vista físico como moral e disciplinar. O ódio, o medo e a desconfiança dos pobres e trabalhadores em relação ao Serviço Sanitário nas primeiras décadas da industrialização, ainda presentes de certa forma nas décadas de 20 e 30, tendem-se que sejam atenuados diante de uma atuação eminentemente educativa.³¹ A falta de “educação sanitária” do operariado nos cortiços e habitações coletivas é sempre acentuada.³²

“A bem da moral, a bem do aperfeiçoamento do físico da raça” falavam também os engenheiros preocupados com o problema habitacional de grandes centros urbanos como São Paulo. Diferentemente da postura de certa forma distante e artística de arquitetos e engenheiros da cidade na década de 10, evidenciada em um

31. (...) porque, na generalidade, as pessoas do povo não gostam de prestar informações exatas, principalmente sobre as moléstias ocorridas. Nisto entra muito em conta o medo, digamos até, verdadeiro pavor, que a população nutre pelas vacinas, remoções para hospitais, isolamentos, etc.

Calculando sempre que das informações prestadas às autoridades sanitárias lhes advenham multas ou quaisquer outras consequências desagradáveis, socorrem-se da mentira, da fraude, prestando informações errôneas sobre os fatos. Neste sentido, podemos mesmo assinalar um caso interessante: previamente informados pelo obituário fornecido pela Demografia Sanitária de que, num dado cortiço, havia ocorrido um óbito por tuberculose, para lá nos dirigimos e indagamos se nesse cortiço havia falecido alguém. A princípio negaram; como, porém, insistíssemos, disseram que sim, mas que o óbito fora devido a congestão.

As informações pedidas sobre se o doente era muito fraco, se tossia muito, etc. responderam-nos invariavelmente que não, que ele morreria de congestão. Não nos foi possível, portanto, obter mais esclarecimentos. Entretanto, verificamos agora que nesse mesmo cortiço ocorrera outro caso de tuberculose”. Francisco Figueira Mello, *op. cit.*, p. 294.

32. Contraditoriamente, o asseio das habitações precárias e insalubres era considerado no mesmo estudo como ótimo em 37,25% dos quartos visitados, bom em 8,21%, regular em 34,27%, mau em 11,18% e péssimo em apenas 9,06%, o que demonstrava claramente que não faltava à população pobre, mesmo em condições extremamente adversas de moradia, “educação sanitária”. F. F. Mello, *op. cit.*, pp. 291-5.

“concurso de habitação operária”³³ em 1931, imbuídos de um espírito pragmático, engenheiros e arquitetos reunidos em um congresso de habitação realizado conjuntamente pelo Instituto de Engenharia de São Paulo (Divisão de Arquitetura), pelo secretário da Viação e pelo prefeito da cidade de São Paulo discutiram incisivamente os problemas habitacionais da capital, centralizando seu interesse na questão da habitação operária e popular com o propósito explícito de subsidiar a administração pública e a iniciativa privada para sua solução, de acordo com o enfoque racional e técnico da *social engineering*.³⁴ Alguns títulos das comunicações e trabalhos apresentados pelos técnicos: “Comunicação sobre Casas Econômicas”, “Sugestões para a Solução do Problema das Casas Operárias”, “Habitações Econômicas”, “Casas Rurais Adaptadas às Casas Operárias”, “Casas Populares Cidades-Jardins”, “Sobre um Tipo Racional de Habitação”.³⁵

“A casa econômica não resolve só o caso particular de seus habitantes. A questão deve ser encarada do ponto de vista social. Dela depende também o desenvolvimento da raça.

Da vida promíscua em cortiços sai um curso de pervertidos, de delinquentes, cortejados por moléstias terríveis. A casa individual, rodeada de ar e luz, simpática e convidativa ao repouso, é a célula-máter das raças fortes.”³⁶

Discordando da “mentalidade da maioria burguesa, segundo a qual o proletário não passa de um animal indigno de certas atenções ou indiferente à idéia de conforto”³⁷, enfatizando a importância do operariado como “reserva física da nacionalidade” ou “músculos da nossa economia incipiente”³⁸, tentando tornar “menos

aguda a luta de classes” e a revolta latente e aberta do operariado em um grande centro urbano como São Paulo,³⁹ os engenheiros insistiam em soluções racionais do ponto de vista técnico-econômico dos materiais e processos construtivos e do ponto de vista administrativo (criação de um Conselho Permanente da Habitação Popular, padronização e coordenação das iniciativas de capitalistas, fundações beneficentes, associações e cooperativas empenhadas no negócio da habitação popular, criação e/ou adequação de legislação existente por parte dos poderes públicos, etc.). A idéia de uma melhor habitação operária através da racionalização técnico-econômica e administrativa estava ligada às preocupações de uma maior disciplina e produtividade no trabalho e uma aceitação conformista da ordem social vigente. São Paulo, que se destacava crescentemente como centro urbano e industrial no contexto nacional, deveria servir como paradigma na questão da habitação popular para as demais regiões do país. Atribuindo as dificuldades da implementação efetiva de um programa de habitação realmente eficiente para a “massa proletária” a questões conjunturais (crise financeira do país, que ditaria normas de rigorosa economia à administração pública), admitindo que talvez continuassem por muito tempo construindo “habitações no papel e castelos no ar”,⁴⁰ os engenheiros e arquitetos ligados ao poder público vislumbraram soluções eminentemente técnico-administrativas para o problema habitacional da classe trabalhadora em São Paulo, que a realidade apontava como sendo de natureza econômico-social. É importante ressaltar como a questão da habitação operária vai se tornando domínio de especialistas à medida que sua solução se distancia e protela. O Primeiro Congresso da Habitação de São Paulo, preocupado com a moradia operária e popular, pretendia ser expressão de arquitetos, cientistas, industriais, sociólogos, etc., e seus organizadores, talvez pretensiosamente, se colocavam como os primeiros a discutir problemas habitacionais em São Paulo. A habitação popular e operária, que desde o final do século XIX e início do XX se consituía em negócio lucrativo para a iniciativa privada com o aval

39. Marcello Taylor Carneiro de Mendonça, “Casas Populares — Cidades Jardins”, in *Anais do Primeiro Congresso da Habitação*, op. cit., pp. 142-7.

40. Bruno Simões Magro, op. cit., p. 69.

33. Hugo Segawa, op. cit., pp. 12-7.

34. Palestra do dr. Henrique Doria, *Diário da Noite*, 2-1-1931.

35. *Anais do Primeiro Congresso da Habitação*, op. cit.

36. Alexandre Albuquerque, “Palestra de Abertura do I Congresso de Habitação de São Paulo”, in *Anais do Primeiro Congresso da Habitação*, op. cit., p. 22.

37. Bruno Simões Magro, “Habitações Econômicas”, in *Anais do Primeiro Congresso da Habitação*, op. cit., p. 60.

38. Henrique Doria, “Sugestões para a Solução do Problema das Casas Operárias”, in *Anais do Primeiro Congresso da Habitação*, op. cit., pp. 51-4.

dos poderes públicos,⁴¹ que via de regra legislavam de modo a legalizar e ordenar o que se estabelecia de fato, passava com o tempo a constituir "momentosa questão" em diferentes foros, sendo sua "solução racional" preconizada por muitos, às vezes com a explícita intenção de controle social sobre um operariado que se pretendia, segundo os dizeres anarquistas, "domesticar".⁴²

A ocupação das "zonas rurais e semi-rurais" (periferia) pelo proletariado urbano, notadamente a partir do final da década de 30, em virtude da valorização crescente das áreas ou bairros mais centrais, não ocorreu de acordo com os planos racionais dos técnicos. Em vez das "cidades-jardins", dos "bairros-jardins", das "habitações econômicas", apareceram dezenas de casebres e casinhas insalubres em terrenos muitas vezes alagados. A "dispersão" espacial da classe trabalhadora na cidade finalmente se iniciava pelo "confinamento" do operariado em locais cada vez mais distantes, onde nem a qualidade nem o preço das moradias populares se alteravam substancialmente. De qualquer forma, a racionalização das iniciativas em relação à habitação popular, visualizada pelos engenheiros através de procedimentos técnico-administrativos, deveria ser estudada e equacionada por comissões onde o operariado era, como de costume, o grande ausente. As comissões, que deveriam ser integradas por especialistas, engenheiros, arquitetos, sociólogos, médicos, juristas,⁴³ seriam o ponto de partida para a constituição de políticas mais ambiciosas em relação à habitação

41. Não raras vezes os poderes públicos concederam terrenos a companhias construtoras para edificação de "vilas operárias saudáveis". As casas "modernas, higiênicas e baratas para os operários" eram consideradas aquelas que possuísem de dois a três cômodos, com cozinhas e instalações sanitárias exteriores, colocadas no "quintal", no fundo. Em 1914, por exemplo, um grupo de construtores pedia concessão de terrenos ao governo do estado para a construção de vilas operárias. As casas que deveriam ser construídas em grupos de vinte pelo menos, constituindo cada grupo uma vila, seriam de três tipos: a) para pequena família, composta de sala, um quarto, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva no quintal; b) para família maior, composta de uma sala, dois quartos, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva no quintal; c) casas apropriadas para armazéns, açougues, padarias, etc. ... *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 13-1-1934 (AEL): 1914, n.ºs 8 e 9, p. 447.

42. A *Plêbe*, 13-1-1934 (AEL):

43. Henrique Dória, *op. cit.*, pp. 51-4.

popular não apenas na cidade ou no Estado de São Paulo. Estudos e propostas do mesmo tipo não foram raras ao longo da década de 30 e inícios da de 40.⁴⁴ O caráter assistencial, presente de certa forma nas discussões sobre a moradia das "classes pobres", tende a desaparecer à medida que a produtividade passa a ser associada ao progresso e este à diminuição da "miséria, vício e degradação das classes inferiores"⁴⁵ e em que critérios científicos e técnicos são invocados para soluções ou respostas-padrão de amplo alcance para a "questão social" do "lar pobre e operário". De maneira geral, a postura dos especialistas na questão da habitação popular era bastante semelhante à postura que transparece no texto abaixo, onde a pesquisa e o estudo parecem conduzir necessariamente à obtenção de respostas-chaves para a resolução técnica e racional:

"Mas, em sentido geral, e em relação ao surto crescente de progresso das nossas indústrias, esse aspecto da nossa questão social que é o lar pobre, o operário não mereceu ainda o esforço para uma solução racional e capaz de aliviar as condições da vida precária do nosso humilde trabalhador (...).

A minha contribuição para a solução do problema da habitação econômica e higiênica representa o fruto de continuados esforços de onze anos, durante os quais consegui a soma de observações e experiências necessárias (...).

Em contato direto com os meios operários, consegui obter um tipo padrão que resolve, segundo creio, não só o lado econômico como o aspecto técnico do problema (...)."⁴⁶

O tipo-padrão de moradia, onde economia e higiene se conjugariam, importava invariavelmente em um decréscimo da qualidade do material de construção, em espaços internos bastante exíguos e em acabamentos rústicos. As moradias populares evidentemente deveriam se situar em terrenos distantes do centro comercial e administrativo da cidade e dos bairros ricos e "classe média".

44. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, janeiro-fevereiro de 1942, n.º 81, pp. 189-239 e pp. 241-2; *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, março-abril de 1942, n.º 82, pp. 29-59. A Jornada da Habitação Econômica ocupa praticamente todo o volume.

45. Henrique Dória, *op. cit.*, pp. 51-4.

46. Adhemar de Souza Queiroz, "Entrevista sobre o Problema da Casa Operária", *Diário de São Paulo*, 30-5-1931.

Instituições como a Igreja católica, que na década de 20 passa a se ocupar mais incisivamente do operariado em São Paulo através da ampliação e fortalecimento das atividades do Centro Operário Católico Metropolitano, adequam com o tempo sua ação proletária a esquemas mais funcionais e organizados (esse Centro se amplia e desdobra com o tempo, abrindo inúmeras filiais em bairros operários: havia sido fundado "humildemente" no Brás, em 27-10-1907, "com a finalidade principal de congregar à sombra da cruz os trabalhadores do já então mais industrial bairro da Paulicéia"; com o apoio das autoridades eclesiásticas havia se transformado de centro local (Brás) em metropolitano, com as funções de se constituir em "escudo do proletariado" e "inspirar a outros a organização de sociedades congêneres",⁴⁷ tendo se engajado decisivamente no pós-30, na luta pela "sindicalização operária católica", como atestam os números de 1932, 1933 e 1934 de seu jornal *O Operário*). Não só na questão da habitação, mas na questão da qualidade geral de vida do operariado, houve mudanças na atitude da Igreja, que procura tornar seus múltiplos núcleos de ação órgãos mais pragmáticos e incisivos.

O caráter assistencial, presente de maneira marcante no proletismo religioso nos meios operários, durante muito tempo torna-se menos acentuado à medida que se intensifica a luta da Igreja pela sindicalização católica dos operários e em que se reconhece "direitos operários". A melhoria da vida operária passava a ser crescentemente associada à uma regeneração da classe operária para os ideais cristãos.

Textos de exaltação declarada aos patrões⁴⁸ vão se tornando mais raros à medida que se reflete sobre o fracasso da ação católica entre o proletariado na Europa antes do aparecimento do "trabalhismo cristão" de entidades tipo IOC e outras. O Centro Operário Católico Metropolitano prometia, em 1932, em troca das inscrições operárias, além de auxílio pecuniário, instrução e "honestas" diver-

47. *O Operário*, 28-10-1951: "O 44.º Aniversário do Centro Operário Católico Metropolitano" (AEL).

48. Acerca da "instituição social" Vila Scarpa (antiga Maria Zélia), chegava-se a afirmar explicitamente: "Fizessem todos os patrões, como os que fundaram e os que continuam com a bela Organização Social desta Vila Scarpa, o reinado social do S. E. de Jesus, na família seria o triunfo da paz e a vitória do progresso para os patrões" (*O Operário*, 3-3-1928).

ções, defesa dos direitos operários junto aos patrões.⁴⁹ A Igreja se colocava frontalmente contra o socialismo, mas não a favor do Estado burguês, não deixando, porém, de afirmar que "o trabalho e a economia constituem a base da prosperidade e a independência do operário".⁵⁰ A falência da ação da Igreja em relação à classe operária nos grandes centros industriais europeus era atribuída à sua ausência na luta operária pelos direitos sociais, devendo o exemplo dos "desastres alheios" servir de lição. Deveria ser feito todo o "esforço para atrair novamente os fugitivos", sendo o "campo operário" o "campo da Igreja por excelência".⁵¹ À medida que a propaganda sindical católica aumentava e as palavras de ordem de cunho integralista-fascista se tornavam freqüentes entre 1933/1934 ("aniquilação do liberalismo, democracia e demagogia do capitalismo internacional judeu"; construção de um "nacionalismo sadio de católicos e brasileiros"; etc.), mais o conforto do operário e a melhoria de suas condições de vida eram enfatizados. Não faltam exemplos.

A revista da Igreja Matriz de São José do Ipiranga (que tinha "extenso" serviço de caridade para o operariado do bairro: distribuição de mantimentos, serviço médico, "visitas a domicílio", creches, etc.) tinha como propósito sustentar a "causa dos pobres e operários" endossando, com a permissão da autoridade eclesiástica, juntamente com a seção jocista do bairro, o "programa de ação social" do jornal operário carioca *O Clamor* (que era patrocinado pelo cardeal do Rio de Janeiro, pelo ministro do Trabalho, na época Agamenon Magalhães e por Tristão de Athayde). *O Clamor* refletia perfeitamente a doutrina social católica e, assim, afirmava-se que a Igreja desejava interessar-se de um modo prático e eficiente pela esfera dos problemas sociais, explicitando-se a intenção de salvar e recristianizar a sociedade. Cristo e a sua "doutrina de justiça e de amor" deveriam ser levados principalmente aos operários, por serem eles os mais desamparados. Ao mesmo tempo, uma certa neutralidade em relação às diferentes forças sociais buscava ser demarcada: a Igreja católica não seria contra os patrões nem contra os capitalistas, que teriam na sociedade uma função importante e necessária; apenas se colocaria "pelo operário". Protestava-se con-

49. *O Operário*, 16-10-1952.

50. *O Operário*, 30-7-1933.

51. *O Operário*, 17-6-1934.

tra as injustiças sociais, contra os "salários de miséria", contra a "insalubridade dos cortiços e de muitas habitações operárias" que persistiriam em um "século de civilização". O trabalho aos domingos, a "imoralidade e impiedade" que se alastrariam livremente nas fábricas também eram objeto de protesto. Pleiteava-se, "positivamente", o salário mínimo, o salário-família, a aplicação das leis sobre as horas de trabalho, casas confortáveis para as famílias operárias juntamente com legislação que favorecesse sua aquisição, o pagamento das férias para todos os operários. A doutrina social católica objetivava uma "legislação trabalhista cristã de amparo material e moral do operário", a aplicação integral do conjunto das leis trabalhistas existentes. A luta por sindicatos católicos era vista como importante, uma vez que estes amparariam os operários, sustentando suas justas reivindicações, dentro de um espírito de justiça e de caridade, e, sobretudo, de "moderação, de colaboração de classes". O programa tinha como meta prioritária "dar aos operários uma educação moral e religiosa, tirá-los da impiedade e dos vícios que os desonram, ensinar-lhes as suas obrigações sociais, familiares e individuais". Em uma sociedade ameaçada pela "exploração de um capitalismo materialista e pelos ataques do comunismo destruidor", tornava-se missão dos católicos engajados, dos "amigos do povo", a "regeneração da classe operária".⁵²

A habitação coletiva e precária do proletariado em São Paulo era vista fora dos meios operários como fonte de tuberculose, alcoolismo, vícios, como geradora de inveja e ódio da sociedade, como ambiente de desastroso para a infância e mulheres, como formadora de péssimos hábitos, que prejudicavam a disciplina nas escolas e o trabalho nas fábricas e oficinas. A solidariedade do operariado e sua organização face às árduas condições de vida era avaliada como desastrosa e socialmente perigosa. A solução do problema real enfrentado pelo operariado com a habitação era pensada por muitos tendo em vista o "reerguimento físico e moral da classe", que cumpriria disciplinar e regenerar para o trabalho, para uma aceitação sem conflitos da vida imposta pela ordem urbano-industrial que em São Paulo tinha peso crescente. Os projetos de dominação da classe

52. "O Amigo de São José do Ipiranga", in *Revista da Igreja Matriz de São José do Ipiranga e Colégio de São José*, 1-10-1936, pp. 9-11.

operária no âmbito da produção⁵³ tinham similares ambiciosos (ainda que mais difusos e menos direcionados) fora desta esfera. Paradoxalmente, a "habitação pobre e operária", que havia se configurado por força dos interesses do capital, à medida que potencial e efetivamente se colocou como ameaça para a ordem social e foco de tensão e conflito, foi objeto de atenção, estudo e planos em São Paulo não só por parte dos poderes constituídos. O cunho racional, técnico-educativo e moral das proposições de moradia higiênica e econômica não consegue ocultar as intenções de controle sobre os trabalhadores. Embora muitas vezes pretensiosas, as tentativas de controle sobre o operariado através da "resolução" de seus problemas habitacionais não deixaram de ter certa eficiência em São Paulo.

2.3. HIGIENE E SAÚDE NO MEIO OPERÁRIO: QUESTÃO PÚBLICA E RAZÃO ECONÔMICA

A urbanização crescente no Estado de São Paulo e a expansão acelerada da capital, principalmente a partir das últimas décadas do século XIX, obrigaram os poderes públicos municipais e estaduais a criarem e/ou expandirem os serviços de higiene e saúde. A maior concentração populacional e a falta de equipamentos urbanos adequados e saneamento básico, sobretudo em uma cidade que crescia como São Paulo, propiciava altos índices de moléstias infecciosas, surtos epidêmicos, elevadas taxas de mortalidade, notadamente entre as crianças. Embora a população como um todo estivesse sujeita às moléstias em geral e à ação muitas vezes repressiva dos serviços de saúde e higiene, o proletariado urbano, como foi assinalado anteriormente, era muito afetado nos bairros pobres e operários, onde as melhorias urbanas demoravam mais a chegar e onde a ação do Serviço Sanitário se fazia sentir de maneira mais dura. Os serviços de saúde e higiene foram organizados administrativamente e um aparelhamento inicial em relação à saúde pública foi montado a partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, tendo o Código Sanitário substituído as disposições esparsas referentes à saúde e higiene existentes nos códigos

53. Edgar Salvadori de Decca, *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasilense, 1981, pp. 135-82.

antigos (o antigo Código de Posturas Municipais, por exemplo, fazia referências genéricas à higiene, sendo o seu caráter acentuadamente comportamental). O Serviço Sanitário, subordinado de certa forma à Secretaria do Interior, congregava e dirigia os serviços de inspeção e higiene, saneamento, isolamento, instituições de saúde geridas pelo estado (Santa Casa, o primeiro Hospital dos Alienados, etc.), serviços de estatísticas demográfico-sanitárias etc.⁵⁴

Em relação à população pobre e operária, a atuação do Serviço Sanitário, através de suas diversas dependências, era mais estatística, de regulamentação, inspeção, fiscalização dos locais de trabalho e moradia, exceto nos casos de emergência (epidemias, surtos infecciosos), em que sua ação tornava-se direta e incisiva. Mesmo nas raras dependências do Serviço Sanitário que propiciavam auxílio médico ou assistencial efetivo, o objetivo principal parecia ser o de fiscalização e inspeção da situação de saúde e higiene do proletariado urbano, embora não estivesse ausente algum empenho educativo, mormente na década de 20, quando se torna crescente. Bom exemplo nesse sentido constituía o Serviço de Proteção à Primeira Infância e Inspeção de Amas-de-leite, dependência do Serviço Sanitário situada na rua Ipiranga fundada em 1905, cujo objetivo era o de assistência às crianças e ensino às mães. Funcionando até a década de 20, oferecia pouca assistência medicamentosa e quantidades limitadas de leite e farinha em seu "lactário", embora possuísse estatística e, na época, agregasse um Serviço Higiênico-Social em Domicílio (uma enfermeira-educadora fazia visitas a domicílio procurando observar o cumprimento ou não, pelas mães, do regime alimentar aconselhado) e um Serviço de Propaganda e Educação Sanitária.⁵⁵

No decorrer da década de 20, paralelamente à renovação urbana e higienização das áreas centrais, os serviços de higiene e saúde se especializam, a higiene e a saúde pública tornando-se progressivamente áreas de conhecimento específico e menos "empírico". Muitas das atribuições "técnicas" e "pragmáticas" do Serviço Sanitário são encampadas pelo Instituto de Higiene e Escola de Saúde Pública de São Paulo (que subsidia diretamente as reformas na administração sanitária do estado em 1925 — a Reforma Paula

Souza — e em 1931), inclusive aquelas destinadas mais diretamente ao proletariado urbano e camadas mais pobres da população (centros de saúde, inspetorias de higiene infantil, do trabalho, propaganda e educação sanitária, etc.).

O Instituto de Higiene (Escola de Saúde Pública) teve sua origem em 1918, quando foi criado um "Laboratório de Higiene" mediante convênio entre o governo do Estado de São Paulo e a Fundação Rockefeller, funcionando como uma cadeira da Faculdade de Medicina de São Paulo. Em 1924, o governo estadual assume todos os encargos do já então Departamento de Higiene, oficializando-o. Em 1925, o Departamento transformava-se em Instituto de Higiene de São Paulo, obtendo autonomia da Faculdade de Medicina. Anexo ao Instituto de Higiene, no mesmo ano, é fundado o primeiro centro de saúde do país como centro-modelo de aprendizagem ao pessoal alocado nos serviços de saúde pública, tendo sido inaugurados em seguida os centros de saúde do Brás e Bom Retiro. Também em 1925, Paula Souza inicia o curso de educadores sanitários. Em 1926, começa a construção da Faculdade de Higiene (Paula Souza), completamente concluída em 1931, dando-se em 1932 a transferência do Instituto. Em 1929 já se formava a primeira turma de médicos sanitários e em 1931 houve o reconhecimento oficial do Instituto como "Escola de Higiene e Saúde Pública".⁵⁶ A higiene e a saúde pública ganhavam estatuto científico e sua atuação em relação ao operariado na cidade de São Paulo passava a ter um caráter técnico-racional, que pode ser detectado desde os inícios dos anos 20. Aos métodos repressivos vão sendo contrapostos métodos educativos e preventivos quanto à higiene e à saúde do proletariado urbano, com finalidades eugênicas onde o interesse do estado e o interesse da produção se colocavam primordialmente.

Em um trabalho de 1922 sobre a situação das fábricas têxteis paulistas quanto à insalubridade,⁵⁷ o médico-higienista já destacava a importância técnica e científica da "Higiene Geral e Higiene do Trabalho", abordando a questão da saúde do operariado nos locais de trabalho por um prisma que pode ser considerado, de

56. Prospecto, Faculdade de Higiene e Saúde Pública-USP, 1968 (IH).

57. J. R. de Oliveira Neto, "Profilaxia das Causas Diretas de Insalubridade das Fábricas de Fiar, Tecer e Tingir o Algodão — Comentários à Situação das Fábricas Paulistas em Face Destas Causas", in *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, 1922, n.º 5, pp. 181-90.

54. Relatórios apresentados ao presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário dos Negócios do Interior — 1892/1927.

55. Vicente Pascarelli, *op. cit.*, pp. 68-71.

certa forma, novo.⁵⁸ As causas de insalubridade são classificadas e subdivididas, a “má educação higiênica” do operariado é sempre destacada, sendo propostas para resolução do problema medidas de ordem administrativa, baseadas em critérios científicos de diferentes áreas de conhecimento. O teor geral do estudo, bastante técnico, logo na parte inicial ilustra a nova postura. O autor faz referência aos agentes químicos e biológicos de insalubridade nas fábricas de tecidos, causas diretas de insalubridade nesses locais, sendo o estudo e a profilaxia das mesmas o motivo da dissertação. Mas reconhece, desde logo, que o problema da insalubridade não findaria no reconhecimento e tratamento das suas causas diretas. Outras causas de insalubridade existiam; as causas de ordem social e moral constituíam as causas secundárias ou indiretas de insalubridade. As causas de natureza social, “objeto das grandes reivindicações operárias que, de quando em vez temos notícia”, referiam-se, de acordo com o estudioso, “à duração e intensidade do trabalho, trabalho noturno, admissão de menores e mulheres nesta última emergência, seguros sobre acidentes, seguros de vida, proteção à maternidade e velhice, aumento de salários, etc.” Aos fatores ou causas de cunho social da insalubridade, muitas outras causas aliavam-se, “assentes na constituição física, idade, sexo, conduta pessoal dentro e fora da fábrica, isto é, ordem e temperança do operariado”. O médico-higienista nota que todos os países do mundo permanentemente têm que resolver este “intrincado problema”, mas alerta para a precária situação nacional nesse sentido: “Em São Paulo, a região que nos interessa do Brasil, tais fatores se encontram agravados ao extremo pelas péssimas condições higiênicas em que se acha a quase totalidade das fábricas de tecer, pela quietude do governo e pela má educação do operário, que não tem orientadores sinceros e inteligentes nas suas reivindicações”. Prossegue afirmando que, enquanto na Europa e nos Estados Unidos, os governos estabeleceram inspetorias industriais, ao lado das

58. Embora nos números iniciais dos *Boletins do Departamento Estadual do Trabalho* (1912 em diante) haja preocupação com alguns aspectos da saúde operária no trabalho, uma postura “técnico-científica” mais acentuada (como a questão dos acidentes de trabalho, por exemplo) só se acentua na década de 20, quando inclusive se cria a Inspeção de Higiene do Trabalho, dependência do Serviço Sanitário, com orientação do Instituto de Higiene, cujas atribuições são parcialmente reformuladas com a reforma da administração sanitária de São Paulo de 1931.

leis industriais postas em prática com rigor, em São Paulo muito restava a fazer. Existia, sem dúvida, um código sanitário “moderíssimo”, de boas determinações no tocante às questões industriais, mas prejudicado em sua aplicação... Adjudicando a fiscalização do serviço aos inspetores sanitários, sobrecarregados de trabalho e sem o devido preparo na fiscalização industrial, que requeria especialização, a eficiência era mínima. A especialização de profissionais e a criação de uma Inspeção Industrial colocavam-se como necessidades urgentes... O estudo da higiene das fábricas de tecidos de algodão teria como fim, segundo o estudioso, a profilaxia das moléstias que atingiam o operário “em exercício do seu mister”. Como alcançar tal fim? O autor enfatiza o conhecimento técnico de diferentes áreas de estudo:

“Assim, merecem acurado estudo as causas diretas e indiretas de insalubridade do trabalho fabril e ao mesmo tempo as entidades mórbidas profissionais. Daí imprescindíveis o conhecimento da técnica industrial, assuntos econômicos, financeiros e questões sociológicas. Só tais medidas fornecerão o êxito almejado, pois as providências profiláticas se alicerçam em quatro modalidades: higiênicas, técnicas, individuais e sociais”.⁵⁹

Minuciosa descrição das causas diretas da insalubridade e seus agentes físicos, químicos e biológicos e das “moléstias profissionais” específicas provocadas por cada um deles constitui o corpo do trabalho. A ignorância e indisciplina do operariado, todavia, não elementos sempre presentes no estudo, parecendo constituir “causa direta” da insalubridade, que deve ser sanada, como as outras, por recursos técnico-científicos e administrativos, no caso, pela educação higiênico-sanitária. Assim, o operariado não filiaria os inúmeros males de que era acometido ao seu trabalho: “Interessante, porém, o operário não filia estes males a seu trabalho. A moda da medicina hodierna — pensar sifiliticamente — passou às massas populares. Assim, o operário, ao notar que essas chagas o importunam de muito tempo, julga-se sifilítico, transmite ao médico as suas desconfianças e este, muitas vezes, não examinando as lesões, confirma a opinião do consulente. Ouve-se um pedido. Daí, nos meios fabris, a extração colossal de certo preparado depu-

59. J. R. de Oliveira Netto. *op. cit.*, pp. 181-2.

rador do sangue, veiculado em cachaça. Antes do café, após as principais refeições, às vezes no interior da fábrica uma 'talagada' do virtuoso remédio. Mais tarde... alcoolismo em ação".⁶⁰ O operário, "sem nenhuma educação higiênica", propiciaria o surto de moléstias infecciosas e parasitárias.⁶¹ Os hábitos operários quanto ao uso do lenço, água, banheiro e bebidas alcoólicas eram criticados, aconselhando-se uma reeducação nesse sentido.⁶²

Desta forma, reiterava-se que:

"Só recursos técnicos já referidos noutras partes, propaganda higiênica à massa mostrando os perigos, providências sanitárias e resolução de questões sociais e econômicas jugularão o problema como se encontra atualmente".⁶³

"Outras providências — Devem as fábricas possuir bons consultórios médicos com profissionais à testa bem remunerados. Os operários, candidatos à colocação, passarão por uma rigorosa inspeção, só sendo admitidos os aptos, inscrevendo o profissional numa ficha, preparada, dados necessários. Os que enfermarem durante o trabalho, ao apresentarem sintomas que caracterizem entidade mórbida oferecendo riscos à massa, serão afastados do trabalho. Uma propaganda, em linguagem acessível ao nível do operariado, acompanhada de gravuras demonstrativas, no sentido de difundir assuntos de higiene, deverá o profissional fazer. Deste modo muitos males serão evitados, outros diminuídos. O industrial deve prestar atenção a este assunto."⁶⁴

Em trabalhos e estudos realizados sobre a saúde e higiene operária, principalmente da criança, ao longo das décadas de 20 e 30, a postura técnico-científica visando soluções racionais e educativas aparece constantemente. Os ideais eugênicos se exprimem de maneira cada vez mais clara em função das necessidades do estado e da produção. Um conjunto de teses apresentadas na Faculdade de Medicina de São Paulo ao longo desse período consti-

60. *Idem*, p. 188.

61. *Idem*, p. 190.

62. *Idem*, pp. 187-90.

63. *Idem*, p. 190.

64. *Idem*. Apenas a Fábrica Maria Zélia era apontada como instituição modelar no que dizia respeito à "higiene do trabalho" (p. 189), sendo os industriais em São Paulo apontados indiretamente como omissos no decorrer do estudo.

ui exemplo bastante ilustrativo, uma vez que tencionavam também fornecer subsídios aos serviços de higiene e saúde pública.

Uma tese de 1924, que visava "o estudo da proteção dispensada aos lactantes no nosso meio operário, e das medidas mais adequadas à sua racionalização",⁶⁵ situava claramente suas preocupações mais gerais: a "degenerescência física" a que estava submetida a pobreza nos grandes centros urbanos, onde o "desnívelamento da fortuna pública" se acentuava com o "progresso", trazia não poucos entraves à sociedade, mas podia ser contornada, como nos "países cultos", através de instituições eugênicas, amparadas pelos poderes públicos ou iniciativa particular, que procuravam por todas as formas promover a educação sanitária do povo tendo em vista o "aperfeiçoamento físico e moral da espécie".⁶⁶ A proteção do adulto representaria a proteção do presente, mas muito mais importante seria a dispensada à criança:

"De pais debilitados nascem filhos em condições de resistência precárias, e se tais crianças não sucumbem na infância, correrão mais tarde para avolumar o número dos degenerados físicos".⁶⁷

A criança, por uma "educação bem dirigida", viria a constituir "cidadão útil a si e à sociedade" e, no caso do Brasil, pouco havia sido feito:

"Alguna coisa já tem sido feita, como por exemplo a obrigatoriedade da vacinação e revacinação; mas o legislador ainda não encarou com bastante largueza de vistas o problema eugênico, deixando em deplorável abandono um dos mais importantes, senão o principal aspecto da questão, como seja a racionalização da puericultura, parecendo esquecer que é da infância atual que depende o porvir do país".⁶⁸

Em São Paulo a administração sanitária, através do Código Sanitário, teria garantido alguma proteção às mulheres e aos menores, mas quanto à "proteção pré-natal e ao lactante", seu artigo 214 seria ainda mais vago, sem limites precisos. "Embora com

65. Jaime Cardoso Americano, *op. cit.*, p. 1.

66. *Idem*, pp. 3-5.

67. *Idem*, p. 4.

68. *Idem*, p. 6.

resultados práticos duvidosos", alguma coisa teria sido feita em benefício dos "menores filhos de operários, depois de sua primeira infância", mas a mulher grávida e o recém-nascido estariam praticamente abandonados. Criticando a ambigüidade da legislação (mesmo na cidade do Rio de Janeiro, onde a Inspetoria de Higiene Infantil anexa ao Departamento Nacional de Saúde Pública previa em seu regulamento "creches" ou salas de amamentação), o médico ao longo do trabalho admitia como inevitáveis os interesses dos industriais e a tolerância dos governantes, mas tentava propor "medidas práticas" para a proteção da mulher grávida e do recém-nascido ("instituição de creches anexas aos estabelecimentos fabris, que abriguem as crianças filhas dos operários durante as horas de trabalho. Aí seriam matriculadas *obrigatoriamente* as crianças de 0 a 4 anos, sendo os lactantes alimentados às horas certas pelas respectivas mães" e "criação de um imposto de proteção infantil, pago indistintamente por todos os industriais, operários e homens solteiros depois de uma certa idade"), com a intenção de "harmonizar o trabalho feminino na indústria com a finalidade da mulher".⁶⁹ Apresentando as elevadas taxas de mortalidade infantil na capital, classificando os industriais em grupos quanto à sua "benevolência" com a mulher operária (em geral muito pouca, a Fábrica Maria Zélia seria a única a manter um serviço de proteção à infância organizado regularmente), o autor reforçava, no entanto, ao lado das "medidas práticas" a serem compulsoriamente adotadas no futuro, a necessidade da educação da mulher operária quanto à saúde e higiene e assimilação de uma nova moral quanto à maternidade e ao aleitamento.⁷⁰ A despeito de admitir que "há nas classes pouco favorecidas muitas mulheres que mantêm intacto o instinto de maternidade e o amor pelos filhos, sentimentos que tendem a desaparecer nas camadas sociais mais elevadas",⁷¹ a ignorância ou resistência da mulher operária era enfatizada,⁷² sendo a instrução das mães, com conselhos

69. *Idem*, pp. 6-15.

70. *Idem*, pp. 15-30.

71. *Idem*, p. 17.

72. "São então instituídos os mais absurdos regimes dietéticos, tendo por único critério a imaginação dos que administram o alimento, quando não vêm a ser modificados por mulheres 'mais entendidas' que preconizam tudo quanto se pode conceber de mais irracional em matéria de alimentação infantil" (p. 8).

higiénicos sobre a gestação, higiene infantil e puericultura, "prática produtiva" ao lado de propostas de coerção mais direta (pena de multas impostas às mães, legislação severa de aleitamento).

Face aos "alarmantes" índices de mortalidade infantil na capital do estado, teses de 1926 e 1927 reafirmavam a necessidade da proteção à primeira infância e higiene pré-natal,⁷³ apresentando considerações sobre os avanços dos conhecimentos técnicos nesse sentido nos Estados Unidos e Europa e medidas efetivas adotadas em relação à criança e à mulher trabalhadora, especialmente a operária fabril, nos diferentes países, onde os interesses nacionais (eugênicos) se equacionavam aos interesses da produção.

A primeira dessas teses demonstrava a influência de fatores como a alimentação, clima, condições sociais, ilegitimidade, partos anormais e a ignorância da puericultura, na mortalidade infantil, informando o que se fazia em São Paulo para sua diminuição e o que se poderia fazer. Admitindo o peso de todos os fatores nos índices de mortalidade infantil,⁷⁴ o médico-higienista atribuía à

"Demais só excepcionalmente se encontram operárias que estejam vencidas da necessidade de fazer vir o filhinho à oficina" (p. 14).

"Finalmente é ainda necessário levar em consideração a falta de instrução das próprias mães, que só se compenetrariam de seu dever se se encontrassem obrigadas a criar o filhinho ao seio, por meio de legislação severamente estabelecida" (pp. 28-9).

"Com efeito: embora aquele estabelecimento fabril (Fábrica Maria Zélia) mantenha um serviço digno de imitação, inteiramente gratuito, são relativamente poucas as operárias que dele se aproveitam. Uma grande parte prefere deixar as crianças em casa, para evitar o pequeno acréscimo de energia requerida para levar o filhinho de manhã e trazê-lo à tarde.

Essas mulheres fecham os ouvidos à propaganda feita no estabelecimento sobre as vantagens da creche e só vão bater à sua porta quando os filhos, com constantes desvios dietéticos a que se acham sujeitos, apresentam a saúde em estado muito precário" (p. 15).

73. Vicente Pascarelli, *op. cit.*; Ivo Lindenberg Quintanilha, *Higiene Pré-Natal*. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1927 (91 pp.).

74. Vicente Pascarelli, *op. cit.*, pp. 20-31. Mesmo se referindo às péssimas condições sociais do operariado na cidade (habitação, trabalho da mãe, etc.), o sexo, o alcoolismo, o número de filhos eram variáveis apontadas como socialmente importantes. Com relação à alimentação a função do higienista seria a de incentivar a amamentação face ao pouco "conhecimento técnico" (p. 20). "Tivemos oportunidade de ver, no Serviço de Consulta de Criança da Santa Casa, uma doentinha de seis meses fortemente intoxicada, e cuja causa havia sido a administração de substâncias grosseiras e de café em abundância, pois a mãe se gabava de ter dado café, às chécaras, desde dois

“ignorância da puericultura” poderosa influência: “É aqui que culmina a questão principal do grande número de óbitos de crianças de zero a 1 ano, que asoberba a Capital do Estado de São Paulo”, pois as “mulheres do povo” não seriam cuidadoras em relação ao leite comprado, à higiene das mamadeiras, enfim, desconheceriam totalmente os cuidados mais básicos em relação à higiene infantil.⁷⁵ Desta forma, o serviço educativo quanto à higiene da gestante e da criança, prestado em especial pelos centros de saúde (Modelo, Brás, Bom Retiro) recém-criados na capital, era considerado como passo fundamental para sua proteção e eram saudados os serviços de Higiene Infantil e Pré-Natal instituídos entre 1924-1925 em São Paulo (de acordo com o regimento: “O Serviço se estenderá pelas escolas, domicílios e fábricas de zona sanitária limitado a cada Centro, através das educadoras sanitárias distritais para efeito de auxílio à educação e instrução sanitárias e propaganda do serviço. Essas educadoras exercerão atividades múltiplas e terão sede de trabalho no próprio centro para que possam manter perfeita harmonia e correlação dos serviços do distrito com os do Centro”).⁷⁶ Ao enumerar e descrever as instituições destinadas “a garantir coletivamente a direção da alimentação, a distribuição de bom leite e a guarda de crianças” de alguma eficiência na cidade (iniciativas de diferente natureza), o aspecto disciplinar era enfatizado juntamente com a necessidade inevitável de se conciliar o trabalho fabril e operário com os anseios sociais e cívicos mais legítimos de procriação sadia.⁷⁷ As sugestões urgentes pleiteadas pelo autor do estudo (cuidados com a higiene e o consumo do leite, distribuição gratuita ou praticamente gratuita de leite — só a creche Baronesa de Limeira teria grande distribuição mediante pequeno pagamento —, aumento do número dos centros de saúde nos diferentes bairros da capital, efetivação da legislação de proteção ao menor, visando apagar “a lembrança de dias terríveis da grande mortalidade infantil”) seguia-se um pedido de reforço da propaganda em prol da primeira infância.⁷⁸

meses, antes mesmo de começar o desmame. É muito comum ver-se uma mulher desmamar a criança abruptamente... quando deveria, em boa técnica, proceder-se aos poucos” (p. 21).

75. *Idem*, pp. 31-6.

76. *Idem*, pp. 75-99.

77. *Idem*, pp. 37-78.

78. *Idem*, pp. 100-7.

A segunda das teses, de 1927, como a primeira, ao lado de uma exposição técnica sobre as causas da mortalidade infantil em São Paulo (obstétricas, mórbitas e sociais — maternidades clandestinas, abandono do recém-nascido, provocação de aborto, infanticídio, a miséria, a luta pela vida da gestante, forçada a trabalhos profissionais principalmente nas fábricas) e “os principais aspectos do problema pré-natal”,⁷⁹ descrevia o que se fazia em São Paulo com relação à higiene pré-natal, enfatizando a necessidade de proteção à mulher grávida operária e controle de saúde do operariado feminino em geral.⁸⁰ O problema da mortalidade infantil, vital para a nacionalidade, teria sua resolução parcial em uma legislação efetivamente protetora da mulher operária, especialmente da gestante. Os Serviços de Higiene Infantil e Pré-Natal e os centros de saúde da capital constituiriam praticamente os únicos serviços organizados de proteção à criança e à mulher operária gestante, tendo sua instituição diminuído o coeficiente de mortalidade de crianças menores de um ano por causas pré-natais, natais e neonatais.⁸¹ Assim, juntamente com a aplicação de medidas mais diretas de proteção (reafirmava-se que a Fábrica Maria Zélia era a única a dispensar proteção à mulher grávida e à criança filha de operários, estando no entanto com seus serviços paralisados desde 1926), era solicitada uma maior ampliação dos serviços de caráter técnico-preventivo, com vistas à sua racionalização e adequação.

Uma tese de 1932, sobre o “momentoso assunto — Escolas no Ar Livre”,⁸² afirmava em sua introdução que os cuidados com a infância ocupavam cada vez mais espaço em função de uma preocupação com o “futuro da raça”, uma vez que os governantes teriam percepção mais clara de que “o enriquecimento da nação tinha sua base necessária nos cuidados da criança”, atendimento que era precário no Brasil: “É de lamentar, contudo, que, entre nós, esses empreendimentos vissem quase exclusivamente a primeira infância, impressionados os seus promotores com as altas cifras da mortalidade infantil”.⁸³ De qualquer modo, para o médico-higie-

79. Ivo Lindenberg Quintanilha, *op. cit.*, pp. 1-46.

80. *Idem*, pp. 47-60.

81. *Idem*, pp. 60-82.

82. João Ferraz de Amaral, *Escolas ao Ar Livre (Contribuição para o Estado do Problema de Higiene Escolar em São Paulo)*. São Paulo, Estabelecimento Gráfico Rossolino, 1932, p. 3.

83. *Idem*, pp. 3-6.

nista os cuidados da criança não teriam mais um caráter de beneficência ou caridade, mas um caráter altamente pragmático:

“Sabe o povo norte-americano, eminentemente prático e utilitário, que, nos cuidados de proteção à infância reside, antes de mais nada, uma transcendente razão econômica: a criança é um valor em latência digno do maior apreço.

Tem-se idéia clara desse valor quando se medita sobre o desperdício que é para a nação a porcentagem de vidas que anualmente se perdem, por causas que, em grande parte, poderiam ser evitadas mercê de oportunos cuidados higiênicos”.⁸⁴

A escola ao ar livre era sugerida como arma de combate à debilidade infantil fazendo-se um histórico do desenvolvimento das escolas ao ar livre na Europa e seu crescimento nos fins da década de 20 e inícios da de 30. À uma descrição quase calamitosa “do estado sanitário” dos escolares da capital e da assistência médico-pedagógica e higiênica,⁸⁵ seguiam-se propostas de proteção ao escolar pobre e proletário: criação, efetivação ou extensão de inspeção médica escolar, parques de diversões (o único existente era o Parque D. Pedro II), colônias de férias, copo de leite, centros de saúde (ainda apenas três existentes em São Paulo), escolas ao ar livre nas zonas mais populosas e pobres da cidade. Para os filhos dos proletários a simples permanência na escola salubre já seria um benefício incontestável, subtraindo-os de meios nocivos, de convivências suspeitas ou pouco sadias. A sua segregação de “meios malsãos”, a prevenção de moléstias infecciosas,

84. *Idem*, pp. 5-6.

85. *Idem*, pp. 46-64. A ineficiência do serviço de inspeção médica escolar do estado (1916), pela exiguidade de dotação orçamentária e pela absoluta falta de pessoal, era denunciada, conforme os resultados de um inquérito realizado pelo Instituto de Higiene entre 1930/1932 sobre as “condições sanitárias” dos escolares na capital do estado, onde se tomava como referência o Grupo Escolar do Jardim América, bairro relativamente novo e “classe média”. Os resultados alarmantes faziam pensar no que aconteceria na Luz, Brás, Belém, Lapa, Moóca, bairros populosos, pobres e operários. As condições de habitação dos escolares do Jardim América (10% morariam em cortiços) eram consideradas deficientes e elevado o número de sífilíticos, portadores de verminoses, subnormais físicos, etc., o que demandaria a implantação de uma assistência médico-higiênica eficiente para os jovens em idade escolar, particularmente nos bairros proletários.

especialmente a tuberculose, a formação da sua mentalidade nos ideais da higiene e da eugenia eram os objetivos buscados.⁸⁶

Em 1932, tese do mesmo teor comparava, desfavoravelmente, as crianças de São Paulo frequentadoras dos serviços de assistência pública e privada, quanto ao peso e estatura, com as crianças alemãs, e indicava a disciplina, o exercício físico, a alimentação como solução para um crescimento sadio⁸⁷ e a diminuição de diferenças raciais.

Conforme foi destacado, o discurso técnico-científico dos médicos-higienistas que centraram seu interesse na questão da saúde nos meios proletários ocorria paralela e conjuntamente à reorganização da administração sanitária em São Paulo, que, com o respaldo do Instituto de Higiene, visava uma racionalização dos serviços de higiene e saúde, em especial aqueles destinados à população operária e pobre da capital. A intenção preventiva e educativa dos serviços instituídos na década de 20 correspondia ao desejo de controlar em níveis “satisfatórios” a saúde em um centro industrial que crescia aceleradamente. Os sonhos eugênicos e as esperanças de um proletariado forte, sadio, disciplinado, dentro dos ideais higiênicos, não estiveram ausentes. Presente-se, no entanto, nas iniciativas-modelos que se instituíram em termos de serviços nos anos 20 quanto à saúde pública e “saúde popular”, o início de um agigantamento e uma burocratização crescentes do aparato administrativo, de eficácia certamente duvidosa.⁸⁸ A propaganda higiênica e a educação higiênico-sanitária, por exemplo, preconizadas nos vários estudos e pesquisas, desenvolvidas pelos serviços públicos de higiene e saúde, com a orientação do Instituto de Higiene e o concurso de educadores sanitários, podem ter tido eficiência no controle do operariado através da imposição de normas para sobrevivência em ambientes declaradamente hostis e agressivos à saúde, mas se revelaram inócuas para a melhoria da saúde da população pobre e trabalhadora, uma vez que os problemas sociais de fundo se recolocavam de maneira cada vez mais grave

86. João Ferraz de Amaral, *op. cit.*, pp. 64-76.

87. Emma de Azevedo, *Contribuição para o Estudo do Peso e da Estatura das Crianças em São Paulo*. São Paulo, tese apresentada à Faculdade de Medicina de São Paulo em 7-4-1932, 82 pp. (mimeo.).

88. F. Borges Vieira, “Administração Sanitária de São Paulo”, in *São Paulo Médico (Órgão Científico da Classe Médica Paulista)*, São Paulo, janeiro de 1932, ano IV, vol. 2, n.º 3, pp. 501-26.

com o crescimento urbano e industrial. Por outro lado, a "ignorância higiênico-sanitária" do proletariado urbano, afirmada em vários foros, deslocava as questões básicas referentes à sua saúde, sustentando programas às vezes delirantes em suas intenções educativas.

De qualquer forma, a assistência médica e higiênica à população pobre e operária, de caráter público ou não, ainda que de reduzidas proporções até a década de 30, visava minimizar questões cruciais colocadas para os poderes constituídos em diferentes esferas e se buscava crescentemente uma "racionalidade" que assegurasse a manutenção de uma ordenação social cuja desigualdade a faceta urbano-industrial de certa forma acentuava. A "racionalidade" da assistência médica e higiênica ao proletariado industrial e urbano em São Paulo se expressaria no maior aparelhamento e organização de serviços públicos, cuja validade e legitimidade eram conferidas pelo respaldo de instituições de caráter técnico-científico.

Os problemas de saúde dos trabalhadores industriais e urbanos na cidade continuavam a se agravar, a despeito da montagem de um aparato administrativo "mais racional e científico". As intenções eugênicas continuaram a nortear os estudos e as propostas ao longo dos anos 30:

"A tuberculose pulmonar, doença de fundo eminentemente social, atinge de preferência as classes menos abastadas. Sua ação destrutiva é notada com maior frequência nos meios operários, cujo nível de vida é baixíssimo em virtude das condições econômicas atuais, requerendo, por isso, dos poderes administrativos do Estado e do Município o máximo interesse em benefício do bem-estar da coletividade e em prol da eugenia da raça. (...)

Por ser a tuberculose de disseminação fácil na população infantil de nosso meio operário, não só pela maior receptividade, como também pelas condições precárias de higiene, alimentação, deficientes e outros fatores, parecem-nos necessárias providências urgentes para que se proceda a melhor profilaxia, protegendo deste modo a saúde da criança na qual repousa o futuro do país."⁸⁹

89. José Martins Ferreira, "As Vantagens do Recenseamento Torácico da População Infantil de São Paulo e a Profilaxia da Tuberculose Pulmonar", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, n.º 41, pp. 279-80.

A tendência preventiva e educativa da medicina no sentido da higiene e saúde pública (quaisquer que fossem os resultados concretos que tivesse favorecido) se contrapunha, de certa forma, a postura médica no campo da higiene mental. Em nome de ideais eugênicos também falaram os especialistas na década de 20, mas sua visão era acentuadamente xenófoba aos trabalhadores e o "sanamento físico e mental" buscado pela Liga Paulista de Higiene Mental e pela Liga Brasileira de Higiene Mental implicava o controle da imigração e as cogitações de ordem social eram mais raras. Estando o "governo do Estado empenhado na solução do problema da organização racial", os médicos-psiquiatras insistiam em atribuir ao trabalhador imigrante a responsabilidade pelas "altas taxas de insanidade" do Hospital do Juqueri.⁹⁰

"Sem dúvida, a mudança de hábitos, de costumes, de meio, de nutrição, de clima, o *struggle for life* representam causas hostis ao alienígena. Entre os imigrantes, que entram pelos diversos portos do Brasil, quantos não são instáveis, desequilibrados, psicóticos, degenerados, sifilizados, alcoólatras, homicidas?

A eugenia reclama contra o abandono deste magno problema, vital para a formação de uma raça sadia.

A idéia da efetivação e da criação de postos para o estudo, observação, exame físico e, principalmente, mental de imigrantes, deve constituir uma das grandes aspirações da Liga Paulista de Higiene Mental que, desta forma, dará o seu primeiro passo para prevenir pela seleção imigratória a entrada de predispostos e psicopatas de outras nacionalidades."⁹¹

Textos como esses não eram raros. O proletariado e os empregados domésticos, "classes em que a cultura física e moral era deficitária", eram vistos como doentes mentais em potencial e a solução educativa, embora não estivesse ausente, era minimizada.

Uma postura mais pragmática, que insistia na importância da higiene do trabalho, na regulamentação da lei das oito horas

90. Francisco Marcondes Vieira, "Imigração e Higiene Mental", *Arquivos Paulistas de Higiene Mental*, São Paulo, Oficinas Gráficas do Hospital de Juqueri, 1928, ano I, n.º 1.

91. James Ferraz Alvim e Alfredo Ellis Junior, "Profilaxia do Suicídio", *Arquivos Paulistas de Higiene Mental*, São Paulo, Oficinas Gráficas do Hospital de Juqueri, 1928, ano I, n.º 1, p. 19.

de trabalho e da lei de férias para a garantia do equilíbrio psíquico, preservando a aptidão para o trabalho, apenas se delineava.⁹²

As iniciativas em relação à saúde e higiene da classe trabalhadora das diferentes instituições existentes na cidade, de “franca benemerência” ou de cunho “pragmático e técnico-científico”, revelavam uma visão que em certo sentido se assemelhava: degenerado físico e moralmente, socialmente perigoso, o proletariado devia ser progressivamente “civilizado” não só em nome da harmonia social, mas em função de razões de Estado e questões econômicas.

2.4. DISCIPLINAR O LAZER/ADEQUAR A EDUCAÇÃO NO MEIO OPERÁRIO

A imprensa operária em São Paulo denunciou com alguma veemência, no final dos anos 20 e início dos 30, a presença mais concreta e efetiva da classe dominante nos bairros operários, nas suas associações recreativas, em seus clubes de esportes, futebol... e a presença mais efetiva de instituições como a Igreja no controle da vida operária.⁹³ Não há dúvida que se tentou estabelecer de inúmeras maneiras um domínio mais direto sobre a vida do operariado por parte das classes dirigentes e instituições fora dos locais de trabalho à medida que o proletariado surgia como força social importante na cidade, configurando ameaça velada ou aberta para a ordem constituída.

92. Fausto Guerner, “Educação dos Povos — Meios de Divulgação das Medidas Tendentemente a Restringir as Psicopatias”, in *Arquivos Paulistas de Higiene Mental*, São Paulo, Oficinas Gráficas do Hospital de Juqueri, 1928, ano I, n.º 1, p. 11.

93. *A Plebe*, 25-6-1927; 14-1-1933; 25-2-1933; 10-6-1933 e 10-2-1934; *O Trabalhador Gráfico*, 1-8-1928; 25-5-1928; 1-7-1928; 7-2-1929 e outros. Alguns trechos expressivos: “A burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para os seus clubes... Se o clube é de uma fábrica, é o nome da fábrica e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultiva neles a paixão e a luta contra a juventude das outras empresas” (*O Trabalhador Gráfico*, 25-5-1928); ou: “Atualmente são três os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política. Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorjetados incitadores políticos” (*A Plebe*, 28-1-1933).

A Vila Operária Maria Zélia (no final dos anos 20, Vila Scarpa, do Cotonifício Scarpa), que tinha toda a sua vida social dirigida pela indústria (festivais eram oferecidos aos operários com o auxílio da igreja local; possuía escola, creche, capela no seu interior), constituiu o exemplo mais extremado de uma forma direta de controle e certamente quase que único na capital do estado.

O que a imprensa operária registrava, na verdade, era um empenho sutil e menos repressivo junto ao operariado ao longo da década de 20 e inícios da de 30, por parte de instituições, grupos dirigentes, poderes públicos municipais e estaduais. Iniciativas desse tipo, cuja intenção de controle e “domesticação” era às vezes explícita, ocorreram também em relação ao lazer e à educação do operariado industrial e urbano em São Paulo.

Os meios operários, eram vistos por instituições e grupos dirigentes como extremamente perniciosos para a “moral e disciplina do trabalho”, focos de agitação e revolta social. Hábitos operários no escasso tempo de lazer eram considerados vícios, e a recreação do operariado era considerada “improdutiva”. O trabalho do menor nas fábricas foi muitas vezes justificado social e moralmente pela intenção de retirá-lo de meios “malsãos” e viciados. Alguns grandes estabelecimentos industriais em São Paulo, na década de 10, junto às vilas operárias construídas para habitação de mestres e contramestres, edificaram todo um aparato destinado à recreação daqueles que era necessário reter e controlar na produção.* Iniciativas deste porte em relação ao operariado industrial como um todo raramente se concretizaram. Instituições como a Igreja ofereceram sempre a alternativa das festas religiosas, quermesses, procissões e romarias nos bairros pequenos, pobres e operários da capital, como lazer.

No período, à uma retórica que se mantém em grande parte inalterada quanto à necessidade de um “lazer mais saudável e produtivo” para o operariado no sentido de torná-lo mais “disciplinado e ordeiro”, esboçam-se iniciativas, até certo ponto frequen-

* Exemplos mencionados, com as devidas referências, no item 2.2 deste capítulo.

tes, de “disciplinar seu lazer”.⁹⁴ Essas iniciativas se traduzem no patrocínio do futebol de várzea e do esporte, nas realizações que a Igreja, com o respaldo de associações femininas e de “benemerência”, tentava realizar nos “meios proletários” de maneira mais organizada,⁹⁵ e em algumas iniciativas-modelo que os serviços públicos iniciam na cidade para a recreação das “crianças pobres e operárias” (Parque Pedro II — parque infantil).

A atuação da Igreja através do Centro Operário Católico Metropolitano, que tinha “filiais” nos diversos bairros operários (Lapa, Moóca, Penha, Barra Funda, Itaquera, Ipiranga e Brás), e as iniciativas-modelo dos “parques públicos infantis” permitem aproximação interessante.

O Centro Operário Católico Metropolitano, cuja constituição e desdobramento já foram relatados, buscava um tipo de atuação mais organizada nos meios operários através de doutrinação, realizações “sociais”, promovendo e estimulando obras de “benemerência” e caridade dirigidas com o concurso financeiro de várias associações e de grupos religiosos de diferentes setores sociais. Principalmente no final dos anos 20 e início dos 30, em função da propaganda pela sindicalização operária católica (ligada à Liga Eleitoral Católica), promoveu freqüentemente “festivais sociais” nos bairros operários com o concurso de várias associações católicas. Seu jornal, *O Operário*, pretendia ter um empenho educativo e recreativo junto ao operariado.⁹⁶ O Centro anunciava como atrativo, para obtenção de inscrições operárias, “honestas diversões”, que muitas vezes constituíam conferências sociais e educativas (te-

94. Alguns autores discutiram a organização do lazer como taylorização do tempo livre para aumento da produtividade. Talvez na São Paulo dos anos 20 e início dos anos 30 fosse esse o sentido mais preciso de certas iniciativas quanto ao lazer do operariado.

95. “Diversões para Filhos de Operários — Por iniciativa do Revmo. padre — foi inaugurado domingo passado à rua... um *play-ground* para os filhos dos operários do Belenzinho. É esta a primeira realização de um vasto programa de iniciativas sociais que entre a classe operária daquele bairro se cogita executar, com o auxílio de dedicadas cooperadoras e sob os auspícios das mais representativas associações femininas de São Paulo” (*O Operário*, 11-6-1933).

96. Junto aos ricos, o semanário católico *O Operário* pretendia ter uma missão conscientizadora no sentido de obter sua ajuda para a construção de escolas gratuitas e auxílios para os operários doentes e desempregados, etc. (*O Operário*, 16-10-1932).

mas como “Alegria no Trabalho”, “A Higiene no Lar como Fator de Felicidade”, “A Mulher no Lar” não eram raros — *O Operário*, 30-7-1933; 25-2-1934). As vezes eram realizados inquéritos no semanário *O Operário*, sobre o divertimento preferido da mulher operária, na seção “Cantinho das Operárias” e o encantamento mediante as respostas recebidas era tanto maior quanto maior fosse a ênfase na predileção “de ginástica, esporte, passeios ao ar livre e outros divertimentos sadios”. O caráter mais “pragmático” da atuação do Centro, no sentido de promover realizações festivas e assistenciais para o operariado em função da propaganda pela “sindicalização operária católica”, não pode obscurecer o sentido de continuidade de um tipo de atuação que a Igreja passara a desenvolver, através de alguns de seus setores, centros e associações, em relação à classe operária na capital, onde a benemerência e a caridade não tinham intenção apenas contemporizadora, mas transformadora. O operariado, a classe trabalhadora, através de uma ação preventiva quanto aos hábitos e à moral, que divertimentos sãos e educativos também propiciavam, constituiria força harmônica e não-antagônica à ordenação social vigente.

A disciplina do lazer, em função de uma maior adequação ao trabalho e à vida em um centro urbano que se industrializava e expandia de maneira crescente, foi buscada pelos poderes públicos de forma “idealizada” nos cuidados formativos com a criança, principalmente a dos meios proletários. As pretensões eugênicas que acompanharam os programas de saúde pública, em particular os destinados aos meios pobres — “degenerados física e mentalmente” —, tiveram seu lugar nos intuitos de preparação e preservação da criança pobre e proletária através de um meio ambiente sadio. As teses dos higienistas, que deram lugar à estruturação de serviços de educação e propaganda sanitária particularmente nos meios pobres, ensejaram também a criação do centro pioneiro de recreação — Parque Infantil Pedro II — nos anos 20, cujo desdobramento, nos anos 30, foi o “programa de parques infantis” destinados aos filhos de operários, onde a idéia de um lazer dirigido e de caráter disciplinador e formativo foi desenvolvida, implicando a divisão, aumento e reorganização do aparato administrativo municipal.

Em 1934, era criada uma Comissão de Recreio Municipal que se justificava pelos considerandos de que a organização de um sistema de recreio era dever social e do poder público, não constituindo atividade inútil (“grandes forças morais e espirituais do país depen-

dendo em grande parte da maneira pela qual são empregadas as horas de descanso dos seus cidadãos”), tendo sido a experiência de recreio organizado do Parque Pedro II frutífera.⁹⁷ Em janeiro de 1935 criava-se o Serviço Municipal de Jogos e Recreios para crianças cujas atribuições seriam localizar, organizar e instalar os parques de jogos infantis e orientar todos os serviços relativos à sua construção e aparelhamento (de preferência deveriam ser localizados perto de escolas, “casas de apartamento” e nos bairros operários). Justificava-se a medida pela importância moral e espiritual que tinha para a nação a utilização do modo de descanso de forma saudável — grande alcance moral e higiênico; os jogos criariam valores como a solidariedade, comunicabilidade e cooperação; as praças de jogos contribuiriam para a educação higiênica e social, estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais, sendo meio poderoso de afastar as crianças de bairros pobres dos focos de maus hábitos, vícios e criminalidade, etc.⁹⁸

Com a criação do Departamento de Cultura e Recreação, este serviço passaria a ser uma de suas divisões — Educação e Recreios —, composta das seções de Parques Infantis, de Campos de Atletismo, Estádio e Piscinas e de Divertimentos Públicos. A seção de Campos de Atletismo, Estádio e Piscinas (ainda a ser instalada) tinha como função construir, sobretudo nos bairros operários, campos para atividades atléticas, ginásticas e esportivas, a fim de “desviar, dos ambientes improdutivos ou prejudiciais, os operários em folga no tempo disponível que lhes faculta o regime de trabalho”.⁹⁹

O caráter preventivo-educativo-utilitário dos parques infantis como forma de recreio organizado para os filhos de operários foi

constantemente reafirmado na década de 30.¹⁰⁰ Os parques infantis deveriam constituir ainda laboratório para inúmeras pesquisas e inquéritos dentro do espírito de “racionalidade-científica” geral do período.¹⁰¹ Os três parques infantis existentes — Pedro II, Lapa, Ipiranga — deram margem à uma retórica delirante, mas bastante expressiva e informadora de um período:

“São filhos de operários — sim, para eles são feitos os parques — que, tendo freqüentado a escola pela manhã, vêm à tarde ao parque e já não querem outra vida, senão esta que o governo lhes dá em lenta e eficiente obra de educação social. Quanto pagam? Nem um vintém! E o calção? O primeiro dá-lhes o Departamento de Cultura. Outros, por conta própria, uma ninharria... E o leite? Gratuito. Banho, ginástica, professores e monitoras, tudo sem despesa de centil.

De fato, para os filhos de operários de São Paulo, são pedaços de céu os parques que o Departamento de Cultura lhes oferece”.¹⁰²

Desqualificando politicamente o período anterior a 30, de maneira indireta, Afrânio Peixoto em visita a São Paulo, após referências altamente elogiosas aos parques infantis, às realizações daquele Departamento “encantado” (o da Cultura), dizia: “E penso, complexivamente: comunismo se combate com obras sociais e não com polícia”.¹⁰³

100. Por exemplo: Nicanor Miranda, “Plano Inicial da Seção de Parques Infantis”, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1936, n.º 21, pp. 95-8; *idem*, “Parques Infantis — Uma Opinião Nacional”, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, n.º 35, pp. 272-4. Inúmeras referências elogiosas e justificadoras dos parques infantis como forma de recreação disciplinadora e útil são encontradas em vários números da *Revista do Arquivo Municipal* no período.

101. Por exemplo: Samuel Lowrie, “Origem da População da cidade de São Paulo e Diferenciação das classes sociais”, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, n.º 43, pp. 195-212; *idem*, “Ascendência das Crianças Registradas no Parque D. Pedro II”, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, n.º 39, pp. 261-74. Demonstrava-se, nesses estudos, que crianças filhas de operários eram as freqüentadoras dos parques infantis.

102. *Idem*, “Parques Infantis: Uma Opinião Nacional”, *op. cit.*, pp. 272-4.

103. “Noticiário — O Departamento de Cultura”, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1936, n.º 30, p. 265. A res-

97. “Atos Oficiais”, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, agosto de 1934, ano I, vol. III, pp. 99-100.

98. “Atos Oficiais”, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, fevereiro de 1935, ano I, vol. IX, pp. 157-62. Uma Comissão Municipal de Recreio — órgão deliberativo e consultivo — teria como componentes um representante do Serviço Sanitário do Estado, da Diretoria de Ensino do Estado, do Departamento de Educação Física do Estado, o diretor do Instituto de Higiene, um professor do Instituto de Educação da USP e representante de associações de assistência e proteção à infância. Um higienista ou educador seria responsável, como chefe, pelo serviço.

99. “Atos Oficiais”, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1935, ano I, vol. XII, pp. 229-41.

“Concursos de Decorações Proletárias”, bibliotecas para os bairros operários¹⁰⁴ e Clubes de Menores Operários¹⁰⁵ reafirmavam as intenções do estabelecimento do recreio “produtivo” e “disciplinador” para o operariado e seus filhos, visando retirar principalmente as crianças operárias do “ambiente nocivo ou pernicioso do lar proletário”.

As preocupações e iniciativas que se esboçaram direta ou indiretamente quanto à vida operária em São Paulo, em seus vários aspectos, desde os fins do século XIX e que no decorrer dos anos 20 e início dos 30 têm uma particularidade e especificidade históricas próprias, faziam Mário de Andrade afirmar:

“Os grotões transformaram-se em jardins cortados a meio pelas avenidas e pela sombra dos viadutos não há mais sapos. Nos jardins encontrarei recintos fechados com instrutoras, dentistas, educadoras sanitárias dentro. São os parques infantis, onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social”.¹⁰⁶

Em uma cidade que se caracterizava como centro industrial cada vez mais importante, a educação do operariado foi preocupação constante. A questão da “educação” nos meios operários pode ser vista sob muitos ângulos. Houve um empenho “educativo” de cunho geral e difuso em relação ao operariado no sentido de sua “adequação” para o trabalho e cidadania que ultrapassou os marcos institucionais da escola. Como se viu, tentou-se organizar de forma “educativas” o próprio “tempo livre” do operariado.

peito do deslocamento do discurso liberal no pós-30 há a excelente discussão de Kazumi Munakata, “Questão de Polícia”, in relatório final para a Fapesp, 1980, pp. 24-32, encontrada também em tese já defendida (mimeo.).

104. Antonio Vicente Azevedo, “Pela Cultura”, discurso na Câmara Municipal, sessões de 23 e 25 de outubro de 1936, pp. 287-306. Os concursos visariam a “estabilização do sentimento doméstico”, enquanto a montagem culturais, dotada de manuais técnicos e livros especializados, visaria “a orientação dentro de rumos honestos e seguros das classes obreiras”.

105. Nicanor Miranda, “Recreação para a Criança Santista”, transcrição de entrevista a *O Diário*, de Santos, e de palestra no Rotary Club, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1938, ano V, vol. II, pp. 358-60.

106. Mário de Andrade, “Dia de São Paulo”, discurso de Mário de Andrade no dia do aniversário da cidade, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1936, n.º 19, pp. 271-4.

Nas escolas, no entanto, o operariado e seus filhos foram educados de maneira mais organizada e dirigida. Nas escolas profissionais e escolas noturnas públicas da capital, nas escolas profissionais particulares existentes em São Paulo ligadas ou não a estabelecimentos industriais (a Escola Profissional do Liceu Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, teve na década de 20 bastante importância, tendo suas oficinas gráficas se aparelhado com o decorrer do tempo), era especificado um tipo de instrução que visava a qualificação do operariado para o trabalho, buscando atender a médio e longo prazo às necessidades da produção. Nas escolas primárias da rede pública da capital as crianças filhas de operários recebiam instrução regular. Nas escolas mantidas por instituições como a Igreja, destinadas aos operários e pobres, se veiculava instrução regular e religiosa e às vezes se tentava ministrar o ensino técnico.

Nos diferentes tipos de escolas frequentados pelo operariado e seus filhos, de cunho profissionalizante ou não, tratava-se de educá-los no sentido de sua preparação para a vida social, de sua “adaptação social”, retirando-os dos “meios nocivos”, dos centros de “re-criação improdutiva”.

III. UM POSSÍVEL CONTRAPONTO — A IMPRENSA OPERÁRIA

3.1. A IMPRENSA OPERÁRIA COMO FONTE E ÓRGÃO DE LUTA

A imprensa operária coloca-se, enquanto fonte, como uma das opções possíveis para se captar a resistência do operariado no final dos anos 20 e início dos anos 30 na cidade de São Paulo, onde o poder passa a aliar, a um controle diretamente repressivo, empenhos mais persuasivos em relação à população operária e pobre da capital.¹

A imprensa operária desse período constitui, enquanto corpo documental, um contraponto às fontes ligadas ao poder, onde a dominação e o controle social são, quase sempre, temas recorrentes. Os jornais de tendência anarquista, anarco-sindicalista, comunista, ou jornais de sindicatos, dos pequenos grupos socialistas ou antifascistas, eram parte integrante do cotidiano da cidade e do ponto de vista de como os trabalhadores viam seus problemas. No período, o semanário católico do Centro Operário Católico Metropolitano *O Operário* via em alguns desses jornais fonte de perigosa agitação no meio operário:

“Entretanto, não se explica como e por que se permite a imprensa e a circulação franca, nesta capital, de vários órgãos proletários nos quais a propaganda da anarquia e do comunismo é feita abertamente e permanece exposta a público nas bancas de venda de jornais e revistas”.²

1. Essa imprensa, bastante importante no início do século, reapareceu de maneira mais regular entre 1926-1927 em São Paulo.

2. *O Operário*, 22-7-1934.

A chamada imprensa operária ou pequena imprensa foi veículo dos interesses do operariado industrial e urbano, e, através de sua leitura, se pode dimensionar como eram propostas formas de luta e resistência organizada para a classe trabalhadora no cotidiano. O discurso da chamada imprensa operária deixa entrever, além da realidade de uma “condição operária”, contrapontos de diversas ordens às iniciativas do poder. Embora divergentes quanto à orientação política a ser dada ao movimento operário ou à organização sindical ou partidária, esses jornais, representando diferentes tendências políticas, apresentam uma temática mais ou menos comum quanto ao trabalhador urbano e industrial e lhe conferem uma existência diferente daquela emprestada pelo poder. Sobre tudo, nunca foram estranhos ao meio proletário e fizeram parte da experiência de setores do operariado na cidade de São Paulo, correspondendo a uma prática política importante, como órgãos de arregimentação, mobilização, conscientização e denúncia.

Entre 1927-1934 muitos são os jornais operários de diferentes tendências políticas que conseguem mostrar o lado mais “cotidiano” das lutas pelo fortalecimento sindical autônomo, cumprimento da legislação trabalhista mínima existente, melhoria salarial, etc. Além disso, através deles pode-se também dimensionar as pequenas greves do operariado no período, por estabelecimento ou setor industrial, ou greves que envolveram a cidade de São Paulo, como a greve dos gráficos de 1929³ e as greves de 1932.

A greve dos operários têxteis na capital, por exemplo, que se inicia em 1932 com a movimentação dos trabalhadores da Itália-Brasileira (única que observava as oito horas diárias de trabalho — a maioria das fábricas têxteis em São Paulo exigiam de nove a dez horas de trabalho diário — e que, no entanto, estaria pensando em estender o horário de trabalho), foi minuciosamente

3. A greve dos gráficos em São Paulo, noticiada através da grande imprensa, nunca poderia ser dimensionada sem o ponto de vista de *O Trabalhador Gráfico*, jornal ligado ao sindicato dos gráficos em São Paulo, porta-voz dos grevistas que, em vários de seus números, relata a constituição do comitê de greve e suas atividades, a organização da greve, a resistência à repressão patronal e policial, etc. Ver as edições de 28-3-1929, 8-4-1929, 23-4-1929, 26-4-1929, 27-4-1929, 22-4-1929, 27-4-1929. O próprio jornal constituiu, em muitos momentos, força de mobilização operária e instrumento de greve à medida que veiculava informações destinadas a manter coesos os trabalhadores gráficos face às investidas patronais e policiais.

relatada por diferentes jornais. Com o apoio da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (José Righetti), o movimento foi conseguindo a adesão dos operários de fábricas de tecidos, tendo a União enviado memorial ao ministro do Trabalho, em que se denunciavam os métodos empregados pelos industriais têxteis para aumentar a jornada de trabalho (comissão de elementos ligados às direções das empresas pediria aumento de trabalho em nome de todo o operariado da fábrica, havendo por parte dos estabelecimentos, em seguida, imposição “pura e simples” do aumento da jornada, sem correspondente aumento nos salários), as atitudes grosseiras e violentas por parte de alguns donos de estabelecimentos têxteis, etc. A atitude de certos industriais face à agitação era denunciada pelos pequenos jornais, pois tentariam contornar a situação adotando nas fábricas um duplo turno de trabalho...; a participação do coronel Rabello (interventor em São Paulo), que “estaria disposto a auxiliar o operariado têxtil”, era noticiada... A vitória dos operários da Itália-Brasileira, a dispensa de 1.500 operários da Fábrica Jafet, a “impotência” do Ministério do Trabalho em resolver os “conflitos entre capital e trabalho”, etc... iam compondo o noticiário sobre os operários têxteis.

A resistência dos sindicatos operários às crescentes tentativas de incorporação oficial, à intervenção estatal nas questões do trabalho, à carteira profissional, aos certificados médicos nos locais de trabalho tem outro viés através dessa imprensa.

Assim, a “República getulista” era enfaticamente denunciada em seus propósitos e atuação: “A República getulista — cheia de ‘amigos dos trabalhadores’ — promoveu a criação de uma burocracia permanente com a missão de convencer a classe trabalhadora de que deve limitar suas aspirações, a nivelar o mais possível o salário com o custo da vida moderna, deixando ao Estado como árbitro, em este caso, a defesa do salário, regulamentação das horas de trabalho e demais medidas tendentes a estabelecer relações harmônicas entre o capital e o trabalho”.⁴ A nova “casta de parasitas” contaria inclusive com a colaboração de elementos ligados à atividade sindical no passado e era denunciada no mesmo número do jornal, à página 2: “Os colaboracionistas, partidários da Lei de Sindicalização, do Código Collor, das entrevistas com os ministros, dos auxílios das Legiões, da proteção dos generais, das

4. *O Trabalhador Vidreiro*, 14-11-1931.

Representações nas Caixas de Aposentadoria e das Seções Recreativas e Esportivas dentro dos Sindicatos, já deveriam ter sido denunciados aos trabalhadores e à FOSP . . .”

A FOSP, Federação Operária de São Paulo, durante os anos de 1931 e 1932 teria, de acordo com a imprensa de tendência anarquista, enfrentado duramente o Ministério do Trabalho e o Departamento Estadual do Trabalho (DET), impedindo intervenção mais direta nas organizações operárias. Ao longo de um ano a Federação Operária teria realizado dentro do perímetro urbano da capital paulista trinta comícios de propaganda e protestos, distribuindo mais de cem manifestos e publicando boletim especial na greve dos operários em fábricas de tecidos. A FOSP lamentava-se apenas do desvio de alguns militantes, que haviam se declarado colaboracionistas: não fossem eles, o DET “não teria conseguido colocar uma só caderneta profissional, nem interferir em nenhuma questão entre os patrões e os operários”.⁵

O Internacional (Órgão dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Confeitarias, Bares, Cafés e Classes Anexas), entre os anos de 1927-1929, denunciava a imposição da carteira sanitária (carteira de saúde para possibilidade de ingresso nos locais de trabalho), a hipocrisia do Serviço Sanitário, a corrupção dos fiscais da Saúde Pública,⁶ enquanto outros jornais no período, entre 1930-1934, atestavam a resistência contra a Lei de Sindicalização e caderneta profissional.⁷ Alguns enfaticamente criticavam a “política oficial como um todo” entre os anos de 1930-1935, colocando a adesão de alguns sindicatos ou setores operários a essa política como traição inexplicável, caso do pequeno jornal anarquista *Alba Rossa*, publicado em língua italiana que, em 1934, insistia:

“(. . .) ma é indispensabile consagrarsi tutti al movimento. La colpa non é dei tempi, né della povertà nostra, poichè tempi e povertà invece dovrebbero incitarci ad un'azione, più intensa. La

5. Texto relativo às realizações da FOSP durante o ano de 1931-1932. *O Trabalhador*, ano I, n.ºs 4-5, março-abril de 1932 (jornal de tendência anarquista).

6. *O Internacional*, por exemplo, n.ºs 1-12-1927, 31-7-1928, 1-7-1929 e outros.

7. Por exemplo, *O Grito Operário* (órgão semanal da Liga Operária da Construção Civil e do operariado em geral), 22-4-1933; *O Trabalhador da Light* (órgão da União dos Trabalhadores da Light (FOSP), 1-1934; *O Trabalhador*, julho de 1932.

colpa é della nostra indolenza, della depressione che é in noi e che non potremo superare se non con un deciso sforzo di volontà. Ancora una volta: bisogna volere (. . .).

Lavoratori!

Intrattenerci, in questo momento a parlare di otto ore e di salari minimi, di deputati operai e di reforme costituzionale, sarebbe un suicidio, un tradimento. Aumenta giorno per giorno la disoccupazione, le industrie si arrestano, la crisi aumenta ed il costo della vita assurge ad un prezzo faboloso, accessibile solo a coloro che si sono arricchite in un lungo furto continuato sulla fatica nostra”.⁸

Jornais de língua italiana, de cunho antifascista, como o *L'Italia* (*La Difesa*), por outro lado, permitem que se dimensionem aspectos da vida de pequenos grupos italianos ligados às preocupações operárias na cidade e também entrever, de certa forma, o “clima” político dos anos 20 e início dos 30 em São Paulo por outro prisma. Certa dimensão cultural “imigrante” que ainda envolve os setores médios ou operários na cidade pode ser captada através desses jornais e das atividades mantidas em salões de associações como das Classes Laboriosas, Lega Lombarda (sociedade de auxílio mútuo, emprestava seus salões a reuniões sindicais), Federação Espanhola, em bairros populosos e operários como o Brás:

“Nel salone della Federazione Spagnola — Rua del Gasometro, 49 — si svolge il 27 corrente una riunione festiva popolare dedicata alle donne e — bimbe del Bras.

8. *Alba Rossa* (periódico libertário), 1-5-1934: “ . . . mas é indispensável consagrarmos-nos todos ao movimento. A culpa não é dos tempos, nem da nossa pobreza, uma vez que os tempos e a pobreza nos deveriam incitar, ao invés, à uma ação mais intensa. A culpa é da nossa indolência, é dessa depressão que sobrevive em nós e que não podemos superar a não ser com um esforço de vontade decisivo. Mais uma vez: é necessário querer . . .

Operários!

Ocupar-se, neste momento, em falar de oito horas e de salário mínimo, de deputados operários e de reforma constitucional seria um suicídio, uma traição. Aumenta a cada dia o desemprego, as indústrias param, a crise aumenta e o custo de vida sobe com preços fabulosos, acessíveis somente àqueles que se enriqueceram através de roubo longo e contínuo às custas da nossa fadiga” (em seguida era proposta uma ação constante de resistência, de defesa, de conquista e organização).

La distinta professora tenne una brillante conferenza su un tema d'interesse popolare. Furono distribuite cartoline illustrate de Serviço Sanitário.

Al termine della festa furono distribuiti dolci, libri e giocattoli ai bimbi, modelli di vestitini e stoffe alle madri".⁹

O jornal *L'Italia (La Difesa)*, que se definia como um diário de homens livres, embora afirmasse sua neutralidade quanto à política interna do país, fazia a defesa dos "seus operários": "Defenderemo, nei limiti della leggi, gli interessi materiali e culturali di nostri operarie".¹⁰ A despeito de seu cunho antifascista ("noi restiamo puramente e semplicemente antifascisti italiani; la lotta antifascista é tale un compito da assorbire tutte le energie della nostra generazione"¹¹), tinha uma ação cultural e educativa dirigida aos "seus" operários italianos:

"ci sforzeremo quindi di portare a conoscenza degli operari e dei contadini italiani quelle norme e quelle regole di profilassi energica ed efficiente che possono valere a premunirli e difenderli. Certo, anche la diffusione dei nostri conoscimenti non sarà sufficiente allo scopo so "problema della salute" é spesso un problema economico, tutta via l'esatta consapevolezza ed importancia di esso puó contribuire, se non altro, a risvegliare nei lavoratori una maggiore coscienza dei loro diritti e dei loro doveri".¹²

9. "No salão da Federação Espanhola — Rua do Gasômetro, 49 — houve uma reunião festiva popular dedicada às mulheres e crianças do Brás. A distinta professora..... fez uma conferência brilhante sobre um tema de interesse popular, dedicada às mulheres e crianças do Brás. Foram distribuidas cartolinas ilustradas do Serviço Sanitário.

Ao término da festa, foram distribuídos doces, livros e jogos às crianças, moldes de vestidos às mães" (*L'Italia*, 29-12-1931).

10. "Defenderemos, no limite das leis, os interesses materiais e culturais dos nossos operários" (*L'Italia*, 19-12-1931, p. 1).

11. "Nós continuaremos pura e simplesmente antifascistas italianos; a luta antifascista é de tal porte que absorve todas as energias da nossa geração" (*L'Italia*, 19-12-1931, p. 1).

12. "Nos esforcaremos assim para levar ao conhecimento dos operários e cidadãos italianos aquelas normas e aquelas medidas de profilaxia energética e eficiente que possam servir para sua prevenção e defesa. Certo, ainda que a difusão dos nossos conhecimentos não seja suficiente, pois o 'problema da saúde' é principalmente um problema econômico, todavia, a exata compreensão e importância disto pode, se não por outras razões, despertar nos trabalhadores um maior conhecimento dos seus direitos e dos seus deveres" (*L'Italia*, 19-12-1931).

Em especial entre os anos 1931 e 1933, o diário *L'Italia* noticiou a movimentação operária na cidade de São Paulo e "instantâneos", "cenas" da vida operária na sua seção de "Crônica Paulistana", que, difusamente, vão deixando entrever nuances do cotidiano operário (notícias de suicídios de operários por fome ou desemprego, assassinatos ou disparos cometidos por jovens operários contra gerentes de fábricas, acidentes de trabalho com operários, associações dançantes freqüentadas por operários imigrantes, atividades culturais ligadas aos grupos operários anarquistas, etc.).¹³

As comemorações do 1.º de Maio em São Paulo, nesses anos, pequenas paralisações em estabelecimentos industriais ou comerciais, referências aos vários sindicatos e uniões, notícias sobre os gráficos, operariado têxtil, ferroviários, comícios operários nos diferentes bairros operários da Lapa, Brás, etc., notícias sobre constituição de ligas operárias por bairros (Penha, Água Branca, Vila Anastácio), sobre ligas dos sapateiros, operários da construção civil, atividades culturais destinadas ao operariado italiano são ventiladas em vários de seus números,¹⁴ além do noticiário sobre o movimento antifascista em São Paulo, de denúncias sobre o controle crescente dos "fascistas" nas associações italianas.

13. Por exemplo, *L'Italia*, 22-12-1931; 26-12-1931; s/d (ano VII, n.º 389; 29-12-1931; 10-2-1932; e muitos outros.

Inúmeras notícias das atividades culturais realizadas por anarquistas em sedes sindicais são publicadas. Em geral, o teor e tipo de atividades são ilustrados com o trecho abaixo, sendo o italiano mantido nesta nota de rodapé por conferir o "clima paulistano" existente no período em alguns meios ligados ao operariado:

"Conferenza di Isabella Cerruti all'Unione Operai Tessili.

Questa sera alle ore 20.30, presso la sede centrale dell'Unione degli Operai delle Fabbriche Tessili, sita in Largo S. José de Belém n.º 23 sob si svolgerà un festival letterario — canzante. La prima parte del programma comprende una conferenza della stimata intellettuale libertaria Isabella Cerruti, sul tema 'Os Desempregados'.

Nella seconda parte, i noti cantori regionali 'caipiri' signori Laureano e Soares, canteranno 1.º) O Diabo no Mundo; 2.º) Os Operários e os Patroes; 3.º) A.B.C. do Soldado; 4.º) Moda dos Tecelões.

Chiuderá la seconda parte la 'Troupe Fazolin' con una serie di scene comiche e un dialogo di attualità sulla situazione della classe operaria. La terza parte dello scelto programma comprende un ballo famigliare, rallegrato dall'ottima banda musicali 'União Belé' (*L'Italia*, 16-1-1932).

14. Por exemplo: *L'Italia*: 20-1-1932; 22-1-1932; 26-1-1932; 10-2-1932; 11-2-1932; 17-2-1932; 19-2-1932; 23-2-1932; 4-3-1932; 25-3-1933; 14-7-1933; e muitos outros.

3.2. A QUESTÃO DA IDENTIDADE OPERÁRIA

Jornais ligados a sindicatos, de diferente orientação política e de categorias profissionais diversas (chapeleiros, vidreiros, trabalhadores na "indústria" da panificação, garçons, comerciários, bancários, etc.), permitem que se possa estabelecer algumas nuances entre os trabalhadores ou apreender alguns "momentos" de suas lutas no dia-a-dia. Ainda, de maneira indireta, perceber como se colocavam frente às demais categorias de trabalhadores, como viam os dirigentes e participantes do sindicato, a "massa operária", etc.

Assim como os grupos dirigentes e o poder público produziam um tipo de trabalhador para estabelecer melhor controle e disciplina no meio operário, através da imprensa operária se produzia também todo um campo de representações do trabalho que se contrapunha às imagens veiculadas pelos setores dominantes da sociedade.

Uma "identidade operária" era afirmada e reivindicada através da imprensa operária face à "desqualificação" do trabalho, às condições "adversas" do mercado de trabalho. Denunciava-se a desqualificação do trabalhador, que ocorria na prática e no nível do discurso do poder. Os jornais sindicais muitas vezes buscaram afirmar uma "tradição operária" como contraponto à desvalorização do trabalhador, que se processava de muitas formas. As vezes a tradição operária era situada em função do ofício, às vezes em função das jornadas de luta política. Em outras, os sindicatos empreendiam campanhas para assegurar uma "dignidade profissional" ou para garantir empregos para a categoria que representavam. Alguns exemplos. O *Trabalhador Vidreiro* (Órgão do Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros, filiado à Federação Operária de São Paulo) colocava os vidreiros diferenciadamente em relação aos demais trabalhadores, em certo sentido em função da tradição, pois "desde os tempos imemoriais os operários vidreiros gozaram de jornada diferente e de salário maior, porque embora a ciência não estivesse à altura atual, não se deixava de compreender que a natureza do serviço exigia menor duração e maior alimentação". Salientavam que no Brasil, com condições climáticas diversas e péssimas condições de trabalho, a jornada deveria ser mínima, mas que "os exploradores exigem oito horas e o governo 'amigo dos operários' acha que é demais exigir outro horário". Concluía, entre-

Como o *L'Italia*, o jornal *Lo Spaghetto* (de tendência de esquerda na colônia italiana) denunciava o controle que o "fascista" Matarazzo exercia sobre o Palestra Italia, que teria se tornado seu "feudo". Outras sociedades não-esportivas, como a Oberdan, a Barra Funda e o Hospital, seriam administrados e tratados "como coisa sua". As sociedades italianas, por medidas "regulamentares" do cônsul italiano em São Paulo, teriam sido definitivamente deformadas em seu caráter, com exceção da Lega Lombarda (19-4-1932). As escolas italianas de São Paulo seriam sucursais do *Fascio*, mantidas sob o "controle e ordem de um partido político de um país estrangeiro". A *Giovinezza* seria o canto oficial das "escolas italianas em terra brasileira, escolas freqüentadas por meninos brasileiros".

O noticiário antifascista presente nesse e em outros jornais compõe por vezes um painel hilariante, quando a "luta antifascista" levada pelos pequenos grupos italianos de diferentes tendências políticas é aliada às denúncias dos grandes industriais italianos (Crespi, Matarazzo, etc.), dos "graúdos", de jornais como o *Fanfulla*, *Piccolo*,¹⁵ dando também uma dimensão das atividades políticas na cidade de São Paulo e no interior dos grupos antifascistas que, desde 1927 até 1935, aumentam continuamente suas atividades, propiciando a apreensão de aspectos praticamente desconhecidos do clima político no período.¹⁶

15. *La Difesa* (Orgno Bisettimanale dell'Antifascismo): 16-1-1927; 20-1-1927; 27-1-1927; 27-2-1927; 27-3-1927; 4-9-1927; e praticamente todos os números de 1928; 1-1-1928 a 9-12-1928; de 1929, 13-1-1929 a 24-3-1929; de 1930, 21-4-1930 a (?) 12-1930; de 1931, 1-1-1931 a 18-4-1931; de 1933, 28-10-1933 a 13-12-1933; de 1934, 6-1-1934 a 3-3-1934.

16. Como o *L'Italia*, *La Difesa* e outros jornais dos grupos italianos de cunho antifascista, havia *Il Risorgimento* (Organo della Concentrazione Antifascista — Sezioni di S. Paulo), cujo diretor era Antonio Piccarolo (*Il Risorgimento*, 13-12-1928; 20-12-1928; e 10-1-1929 a 13-6-1929). Diferentemente dos outros jornais, no entanto, que apresentam um difuso caráter socialista ou simpático ao anarquismo e fazem referências ao movimento operário em São Paulo, o *Risorgimento* tem um nítido caráter "Republicano-maçom". Todos esses jornais pertencem a grupos, ligas, ou "concentrações" antifascistas existentes em São Paulo que, no final dos anos 20 e início dos 30 se unem a outros, comemoram o 1.º de Maio e desenvolvem algum programa assistencial.

tanto, à maneira anarquista, afirmando serem os próprios vidreiros os responsáveis por tal situação. Finalizava o jornal sindical:

“Não fôsemos os vidreiros tão covardes, tão mandriões, mandássemos às favas os Ministérios, os Departamentos e os políticos que há no nosso meio, aflúissemos ao nosso verdadeiro sindicato e fizéssemos greves de fato e não palhaçadas e logo (conseguiríamos) as melhorias necessárias e maior consideração”.¹⁷

Os vidreiros tinham, no entanto, condições praticamente idênticas às de outros trabalhadores. O jornal do sindicato dos trabalhadores em fábricas de vidro comentava a situação de extrema miséria do vidreiro: “Diminuíram-lhe o salário e aumentaram-lhe a produção. Mais trabalho, menos ganho, e mais horas de labor”.¹⁸

As suas justas pretensões, em função do trabalho insalubre, não tinham ressonância e cenas como estas eram descritas pelo jornal:

“Nestes tempos de ‘proteção oficial’ ao trabalhador, alguns dos ‘redentores’ se permitiram qualificar de extremistas as pretensões modestíssimas dos operários vidreiros, chegando um Diretor do Departamento de Trabalho a dizer a uma comissão que lhe foi expor a miserável situação em que se encontrava a classe: ‘Os senhores não sabem mais o que pedir, certamente querem que os patrões lhes entreguem as fábricas’.

Como esse, muitos senhores que jamais viram o vidro, a não ser nos copos que constantemente estão à sua frente, também encontram exagerada a pretensão da jornada de seis horas e um salário que lhes permita alimentar-se suficientemente e viver higienicamente”.¹⁹

O *Trabalhador Chapelleiro* (Órgão do Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus, filiado à FOSP) revela em seu número comemorativo de maio (1.º de maio de 1933) alguns dados sobre os chapeleiros, trabalhadores com “passado glorioso” na cidade de São Paulo desde a fundação da sua primeira associação: a União dos Chapeleiros. Os antigos militantes da extinta União, face ao

17. O *Trabalhador Vidreiro*, 17-6-1933.

18. O *Trabalhador Vidreiro*, 14-11-1931.

19. O *Trabalhador Vidreiro*, 17-6-1933.

“movimento armado de 1930” que “restabelecia as liberdades democráticas”, haviam decidido novamente fundar um “sindicato dentro das normas do sindicalismo revolucionário”, em 1930, filiando-se à FOSP e aprovando seus estatutos junto ao DET em 1931. Um mês depois, no entanto, o DET impunha alteração dos estatutos. A partir daí o sindicato dos chapeleiros estaria fora da lei de sindicalização. Inúmeras, desde 1930, foram as campanhas do sindicato: contra a caderneta do DET, contra a caderneta profissional (“instrumento de tortura importado da Itália pelo governo nascido da Aliança Liberal para controle e triagem da força de trabalho”), realização de doze assembleias gerais e “diversas reuniões de fábricas, todas elas grandemente concorridas”.²⁰ A luta primordial do sindicato dos chapeleiros foi nesses anos congregar em sua organização um maior número de operários, insistindo na conquista de melhores salários, menores jornadas, etc. Os chapeleiros, segundo o jornal sindical, teriam posição de destaque entre todo o proletariado paulista, mas ao denunciar a intervenção governamental nos organismos sindicais (havia “amarelos” entre os chapeleiros, filiados ao sindicato patronal), o sindicato responsabilizava em parte os próprios trabalhadores:

“(...) observaremos que uma grande parte das responsabilidades cabe a nós exclusivamente, porque até hoje, aceitando o engodo dos interessados na perpetuação do regime de exploração, temos corrido ao futebol, bailes, às igrejas e aos centros políticos de todos os matizes, descuidando do sindicato que é donde de fato o trabalhador adquire a consciência de si próprio, o valor de sua personalidade”.²¹

O *Trabalhador Padeiro* (Órgão do Sindicato de Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares, filiado à FOSP), em 1934, atestava as péssimas condições de trabalho dos padeiros fazendo referência à necessidade de sindicalização da categoria (“deixai essa atitude de fria impassibilidade que tão característica vos é”²²) e, em 1935, os *Boletins Mensais dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares* se empenharam na luta pelo “tratamento a seco” nas padarias (“O tratamento a seco deve constituir, agora, a preo-

20. O *Trabalhador Chapelleiro*, 1-1-1933.

21. O *Trabalhador Chapelleiro*, 1-1-1933.

22. O *Trabalhador Padeiro*, junho de 1934.

cupação de todos os momentos dos trabalhadores em padarias. Não devemos continuar a querer estar sujeitos ao regime infame do eito e da senzala, comendo a ração presidiária com que os patrões exploram os nossos estômagos”²³). Grande parte dos trabalhadores da panificação dormia em seus próprios locais de trabalho em péssimas condições de higiene e recebiam “ração dos patrões”. Essas pequenas campanhas do sindicato, portanto, tinham um sentido de “dignificação profissional”, de elevação da categoria (“Somos operários da indústria e não domésticos! É tempo de nos julgarmos trabalhadores e não escravos”²⁴). Nesses boletins, onde o tom militante é uma constante, pode-se entrever, face às condições de vida e trabalho dos padeiros, como o sindicato garantia direitos concretos dos trabalhadores junto às padarias e como lutou decididamente contra a intervenção governamental.

O *Internacional* (Órgão dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Confeitarias, Bares, Cafés e Classes Anexas) denunciou as péssimas condições de vida e trabalho dos “trabalhadores do ramo” entre 1927-1929 (falta de higiene nos locais de trabalho, jornada alongada, baixos salários, etc.), conferindo um sentido “pragmático” às campanhas que empreendeu no período, de acordo com os “novos tempos”. Em seu número de 1-1-1927, afirmava a necessidade da criação de uma “comissão de sindicância e propaganda associativa nos locais de trabalho”, em substituição às “tradições velhas e corporativas que já era notória a sua falência”, para: controle do serviço, reivindicações, cumprimento das horas de trabalho, descanso semanal, arregimentação sindical, etc. Diante de um mercado de trabalho cada vez mais difícil, eram pensadas questões como a qualificação profissional, controle de empregos através do sindicato, garantia de emprego para o trabalhador masculino. O *Internacional*, às vezes em acordo e outras em desacordo com o sindicato, propunha campanhas cujo sentido mais amplo era o de estabelecer normas para o funcionamento do mercado de trabalho em contraposição às iniciativas patronais de rebaixamento de salários, desqualificação do trabalhador do ramo, etc. A tentativa de estabelecer uma frente única contra as “cadernetas do serviço doméstico” era ventilada pelo *Internacional* (por exemplo, 11-6-

23. *Boletim Mensal dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares*, 16-11-1935; 17-12-1935; e 25-3-1936.

24. *Boletim Mensal dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares*, 17-12-1935.

1927), pois estas seriam prejudiciais não só no sentido econômico, mas no sentido moral (“nós não somos domésticos, não somos amas, nem lavadeiras, somos trabalhadores de uma indústria (cozinha) ou comércio (café, restaurante, hotel) e político (“qualificados como domésticos, sem direito de eleitores, sem direitos de defesa de associação”). A intenção de diferenciação e distinção profissional diante do proletariado urbano estava aliada a uma intenção de valorização profissional e resistência ao controle patronal. Campanha levada no início contra as garçonetes, por outro lado, não escondia, sob o tom altamente moralista e discriminador, a necessidade de garantir os empregos na cidade de São Paulo para o trabalhador masculino com alguma qualificação no ramo. Essa campanha, que se desenvolveu ao longo dos anos de 1927 a 1929 (por exemplo, 1-12-1927, 15-4-1928, 31-7-1928, 1-3-1929), além da defesa do emprego para o trabalhador masculino, (uma vez que a entrada do trabalho feminino no setor aumentava ainda mais o desemprego já existente em São Paulo), buscava impedir o rebaixamento dos salários pelo patronato.* Recordando as conquistas da *Internacional*, fundada em 1914, no seu 13.º aniversário de existência, O *Internacional* (18-4-1927) destacava como importantes: fechamento das casas no dia 1.º de maio, aumentos salariais, maior respeito para toda a corporação, descanso semanal, diminuição das horas de trabalho, maior higiene nos estabelecimentos, solidariedade e elevação cultural entre garçons e cozinheiros, des-

* O depoimento de uma das garçonetes foi publicado pelo O *Internacional*, 1-3-1929, que, a despeito de sua campanha, mostrava-se ambíguo diante do quadro de pobreza urbana e do controle exercido pelos poderes constituídos: “Uma das garçonetes intimadas a comparecer na delegacia de Ordem Política e Social apresentou sua certidão de idade que lhe dava dezoito anos. Foi então notificada de que não podia continuar a exercer esse meio de vida e que procurasse outra profissão.

Em ligeiras palavras com um raciocínio claro, analisou ela a situação que lhe criava essa decisão do Juízo de Menores. Como empregada em um ‘bar’ ganhava diariamente de gorjetas cerca de 20\$ que mal davam para ela, que é o arrimo de sua família, sustentar a si, à sua mãe e a dois irmãos menores. O que poderia fazer, como empregada de fábrica, percebendo 200\$ no máximo, por mês? De onde tiraria ela a sua e a subsistência dos demais membros da família? Ela, sendo como era uma jovem de experiência, sabia subtrair-se perfeitamente às seduções e conseguia manter-se à sua família. Com a miséria no lar, com a fome, pois que com 200\$ mal poderá pagar a casa em que moram, achar-se-á ela bastante guardada contra as seduções?”

partar do espírito de classe a despeito da tendência para reivindicações corporativas, treinamento administrativo e sindical.

O *Internacional* distinguia os trabalhadores do ramo do trabalhador manual e do proletário urbano em geral, mas não em termos salariais ("... coloca-nos a ponto de sermos menos considerados que qualquer trabalhador manual, que não carece, como nós, de alguma perfeição profissional e uma cultura mais ou menos elevada", 1-7-1929). A "perfeição profissional", reivindicada como exclusiva para os trabalhadores em hotéis, restaurantes, confeitarias, bares, cafés, não deveria levar, no entanto, à "ilusão da casaca" e ao isolamento deste setor do trabalho do proletariado industrial e urbano, pois as suas condições de vida e trabalho seriam iguais ou piores às de outros trabalhadores na cidade (31-7-1923). A "distinção profissional" era contraposta ao quadro de vida e trabalho adverso e à necessidade de identificação com o proletariado como um todo, às vezes de maneira ambígua.

Entre 1934-1935, jornais ligados aos sindicatos de trabalhadores, como os bancários e comerciários, trataram da "ilusão da casaca" a seu modo (em função de motivos às vezes diferentes).

O *Vida Bancária* (jornal oficial da Associação dos Bancários de São Paulo, órgão sindical), em seus números de 1933 e 1934, tratou da regulamentação do trabalho bancário (decreto de seis horas de trabalho para os bancários, etc.) e em geral colocou esse trabalhador como igual a qualquer outro proletário, buscando empenhá-lo nas lutas gerais do proletariado industrial e urbano do período. Desta forma, chamava a atenção de toda a categoria para a postura equivocada de alguns bancários, que acreditavam constituir uma "classe" à parte, segregada da "grande massa proletária", considerando, por isso, qualquer espécie de reivindicação como incompatível com a sua dignidade profissional. Denunciava ainda a submissão de tais bancários aos "cânonos de inflexível disciplina" imposta sobre esse setor de trabalhadores, quando, na verdade, "o trabalho bancário era talvez o único ainda não regulamentado". As duras condições do trabalho bancário eram sempre reiteradas: "Com o mínimo possível de remuneração, estávamos sujeitos a trabalhar ilimitadamente, sacrificando os melhores anos da vida em ambientes quase sempre falhos de condições higiênicas, sem ar e sem luz..."²⁵. O jornal sindical dos bancários enfatizava

25. *Vida Bancária*, 14-5-1934.

a "intensidade de consciência proletária" adquirida naqueles últimos anos, "difícil de ser fracionada — senão impossível". A única distinção admitida entre os trabalhadores de bancos, contínuos e funcionários era nas atribuições, e assim o *Vida Bancária* insistia: "Trabalhadores — intelectuais ou braçais — dos bancos ou das fábricas, somos a mesma classe eternamente explorada. Aqueles que insinuam o privilégio — inexistente — entre a massa proletária, constituem a outra classe — a que explora".²⁶

O *Vida Comerciária* (Órgão Oficial do Sindicato dos Empregados no Comércio), em 1935, enpenhado na luta pelo salário mínimo (o sindicato dos bancários também estaria empenhado nesse ano na mesma campanha), denunciava a derrocada das leis sociais, a demagogia do governo pós-30, as leis como letra morta, a necessidade da sindicalização não atrelada ao Estado, afirmava a "igualdade" entre o comerciário e o proletário, e buscava mobilizá-lo para a "luta operária":

"E nós comerciários devemos também comemorar o 1.º de maio como deve ser: nas ruas e praças públicas. Porque nós também somos trabalhadores e precisamos pôr de parte a gratuita ilusão de sermos uma classe privilegiada, acima do proletariado, pelo simples motivo de usarmos gravata e colarinho. Isso é mais uma maquiavélica manobra dos nossos esfomeadores para dividir o proletariado, quando sabemos que somos tão explorados e oprimidos quanto os outros trabalhadores".²⁷

"Nós, comerciários, refletamos bem: não somos em matéria de serviço, proletários, porém, o nosso nível de vida pode ser até inferior, como acontece realmente. Quanto ganha em média um comerciário? Parece-nos, à primeira vista, que deve andar em 220\$, 240\$. Essa média não dá para um solteiro levar uma vida condigna, quanto mais um casado... É um salário que mal dá para uma vida de aperturas, onde se vegeta. É justo isso? Não... Devemos preliminarmente fixar um salário mínimo de 350\$, por exemplo, para torná-lo realidade, sem que se reduza aos que atualmente percebem mais do que isso".²⁸

Admitindo a diferença do trabalho do comerciário em relação ao trabalho fabril, "proletário", o jornal sindical dos comerciários

26. *Vida Bancária*, 2-8-1934.

27. *Vida Comerciária*, 20-5-1935, p. 1.

28. *Vida Comerciária*, 20-5-1935, p. 2.

acentuava, no entanto, a grande semelhança existente entre as condições de vida dos mesmos e as do proletariado industrial e urbano. Justificava-se, assim, a inclusão das lutas e da mobilização da categoria dos comerciantes no bojo das lutas proletárias e no interior do movimento operário do período. O caráter comum é próximo da luta dos trabalhadores urbanos e os pontos de contato entre os diferentes segmentos do trabalho assalariado em São Paulo nunca deixaram de ser realçados na imprensa militante ao longo da década de 20 e parte inicial da década de 30.

Esses jornais, cujo conteúdo foi descrito genericamente, permitem diversos tipos de aproximação e análise. Evidenciam principalmente a efervescência e a agitação do movimento operário na capital no período.

3.3. AS CONDIÇÕES DE VIDA OPERÁRIA

Neste item não se fará julgamentos de valor. O discurso político dos que falaram em nome do operariado e através de diferentes concepções buscaram situar a precariedade da vida do operariado na cidade, lutando pela sua defesa, será tomado como contraponto do discurso do poder. As soluções entrevistadas para "a resistência operária" diante das formas diretamente repressivas ou mais sutis do poder em suas diferentes facetas, ingênuas para uns e maquiavélicas para outros, constituíram, não importa seu mérito, formas de luta e resistência contra a burguesia e o aparelhamento burocrático mas não efetivo dos serviços públicos.

O que se pretende ver é como no final dos anos 20 e início dos 30, através da imprensa operária ou pequena imprensa, diferentes grupos ligados ao movimento operário, no bojo da movimentação sindical e partidária, denunciaram as condições de vida do operariado, equacionaram seus problemas e propuseram formas de preservação de "valores de classe" de acordo com suas concepções e visões políticas.

Grupos de tendência anarquista, comunista, socialista, ligados ou não aos sindicatos operários, não se confundiam com o proletariado industrial e urbano na cidade, mas não lhes foram alheios.

* * *

As condições de vida dos trabalhadores na cidade de São Paulo foram relatadas dramaticamente através da imprensa operária, contrapondo-se ao tom frio e técnico das estatísticas e relatos oficiais:

"Enquanto os negociantes, industriais e donos de casas aumentam continuamente, sem razão alguma e sem limite, somente por ganância insaciável, os preços de mercadorias, de artigos de primeira necessidade e os aluguéis das casas, o operariado, e com isto, 90% da população paulista, agüenta com uma paciência incrível e imperdoável todas estas imposições dos exploradores do povo, os abelhões, chamados capitalistas..."

A autoridade não tem nenhum direito de impedir que os operários reclamem aumento de salários. A maior parte dos roubos, assassinatos, assaltos e outros crimes são a consequência de salários reduzidíssimos.

O grande número de suicídios por falta de alimento e de emprego são provas flagrantes. Especialmente nestes dias pode-se ler nas portas e nas vitrinas das casas comerciais 'grandes reduções' e 'formidáveis liquidações'. Depois de embolsar imensas somas, liquidam eles. Quem tem olhos pode ver os abatimentos de 10 até 50 mil-réis de diferença. E ainda queixam-se da sorte!"²⁹

A imprensa engajada na luta operária denunciava, na virada da década de 20, a diminuição geral dos salários dos trabalhadores das mais diversas categorias profissionais, o encarecimento progressivo dos gêneros de primeira necessidade, a vida mais difícil e precária das "massas trabalhadoras"... Em vista dos salários "misérrimos", as condições de moradia eram consideradas cada vez mais inadequadas: "somos obrigados a morar nos infectos 'cortiços' que a higiene não vê... Ou então temos que habitar as palhoças dos bairros distantes, obrigando-nos isso a viagens nos imundos carros funerários, que o polvo canadense* usa para o transporte de operários..."³⁰

O desemprego e o corte de salários foram sistemática e enfaticamente delatados pela imprensa operária de tendência anarquista

29. *O Trabalhador Gráfico*, 5-12-1928.

* Referência crítica costumeira à Cia. Light and Power de São Paulo.

30. *Nossa Voz* (Órgão dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares, aderente à Federação Sindical Regional de São Paulo), de orientação comunista, 1-2-1934.

e comunista. O corte de 20% nos salários dos trabalhadores em 1929 foi objeto de crítica e motivo de luta operária, bem como a "íniqua taxaço" dos poucos salários operários em 5%, que lhes foram descontados desde 1930 para "auxiliar o pagamento da dívida externa do país".³¹ A falta de trabalho então existente em todas as corporações era objeto de preocupação e chegava mesmo a ser ironizada: o trabalhador, face à situação, defendia-se como podia, para resistir "até ver onde param as modas das consequências que a falta de emprego acarreta..."³²

O regime que se instaurara no país após o movimento de 1930 foi alvo das denúncias da imprensa operária de modo geral. Logo após o início de sua vigência apontava-se seu caráter excludente em relação ao povo e, portanto, suas semelhanças e identidades com o regime anterior a 1930. O *La Difesa*, até mesmo moderado em suas posições políticas, não deixava de comentar que em três meses de "regime revolucionário" havia se encontrado solução para muitos casos e até para a volta ao país dos "chefes da oligarquia deposta", mas que pelo povo nada se fazia: "O aumento de 5% nos ordenados foi burlado pela maioria dos patrões, a ventilhada diminuição dos aluguéis de casa passou para o esquecimento, a lei de férias foi suspensa, o combate à desocupação esbarrou contra o espírito ganancioso dos industriais, os quais preferem ter as fábricas paradas a limitar o seu lucro a uma porcentagem razoável". Concluía com tristeza e amargura:

"Inegavelmente há muitos desempregados em São Paulo, como aliás em todo o mundo. Infelizmente muitas são as famílias que vivem na miséria por falta de trabalho para os respectivos chefes, mas estes desempregados destas famílias não saem à rua para protestar. Procuram trabalho, insistentemente, e curtem em silêncio as suas mágoas e aperturas".³³

Os problemas habitacionais, de saúde e higiene, e de alimentação eram referidos de maneira bastante lúcida, analisando-se as iniciativas do poder em relação aos mesmos:

31. *A Plebe*, 21-1-1933.

32. *Nossa Voz*, 1-6-1934.

33. *La Difesa*, 8-2-1931.

"Quanto à massa dos trabalhadores, essa continua até mesmo sem poder adquirir o necessário para viver, em virtude do pouco dinheiro que lhe é destinado à alimentação diária... Há por aí afora coisas irrisórias, nesse sentido.

Até mesmo educadoras sanitárias são enviadas às casas pobres da capital, a fim de ser ensinado às mães operárias o melhor meio de alimentar e educar higienicamente seus filhinhos...

Chega a ser um absurdo o fato de querer o Estado que as crianças cresçam fortes, sem contudo proporcionar aos pais os recursos necessários à normal formação fisiológica do menino. As crianças pobres precisam é de boa alimentação...

De nada valerá a vida ao ar livre, com exercícios musicados, sem alimentação..."³⁴

Mesmo a Santa Casa de Misericórdia, "o imenso casarão cognominado Santa Casa, era acusada de atender bem apenas os magnatas que podiam pagar o luxo dos "quartos reservados"; para o proletariado, chamado de "indigente" pelos poderes constituídos, o serviço oferecido era da pior qualidade, amontoando-se os doentes pobres nos corredores, quando era possível, "por muito favor..."³⁵

As iniciativas "caritativas das damas da alta roda", as "iniciativas paternalistas e de benemerência" eram criticadas pelo seu caráter paliativo³⁶ ou veementemente denunciadas como tentativa de controle social:

"Há por aí um carinho serôdio pela instrução popular, um enternecimento doentio pela cultura proletária, pela educação operária, que convém ter bem em vista e precaver-se contra ela, ou, pelo menos, preservar-se contra a sua influência nociva e desagregadora.

Gente da alta roda social, madamas da alta aristocracia, muito burguesas e muito pretensiosas deram agora em intrrometer-se pelas fábricas, onde fundam escolas para os operários, para os

34. *O Sindicalista* (Órgão do Sindicato dos Ferrovieiros da Estrada de Ferro Sorocabana), agosto-setembro de 1933.

35. *Nossa Voz*, 1-4-1934.

36. *Nossa Voz*, 15-2-1934. Em artigo, "A cidade dos menores abandonados", "as iniciativas caritativas das damas da alta roda" e as iniciativas "paternalistas e de benemerência" eram confrontadas com o número de crianças abandonadas na capital (cerca de 15.000) em função do desemprego, baixos salários, etc.

escravos encerrados nessas bastilhas onde o capitalismo habita e onde definham e se embrutece a vida inteira...

É mais uma das modalidades jesuíticas de que lançam mão essas sereias do capitalismo embrutecedor e explorador dos trabalhadores.

Vão até eles com o engodo da escola, da instrução, da beneficência educativa, mas não pensam que é para torná-los mais dignos... não é para isso não. O fim é diametralmente oposto: apertar-lhes as correntes com mais segurança, encurtar-lhes os freios para melhor os dominar, chumbá-los de um modo definitivo ao tronco da escravidão mais ignominiosa e mais paradoxal que se possa imaginar.

As escolas fundadas de comum acordo com os patrões... não tem outro objetivo que seduzir, desarmar pela prédica assídua as resistências operárias à eterna exploração de que são vítimas".³⁷

Os empenhos mais sutis em relação ao operariado na cidade eram veementemente denunciados:

"(...) O clero, a burguesia, os políticos apeados e os políticos em ação, todas as forças 'fascistas' do país estão de acordo nesta tarefa: 'domesticar' o proletariado.

Com esse fim estão sendo organizadas companhias mascaradas com os mais nobres objetivos: querem acabar com a tuberculose, com a sífilis, com a caspa e com o analfabetismo do proletariado.

Essa gente que nos chama de 'canalha das ruas' e que dividiu São Paulo em duas partes, a 'da porteira pra cá' e a da 'porteira pra lá', tomou-se inesperadamente de um grande 'amor' pelos trabalhadores (...).

A última dessas tentativas de penetração no seio das massas foi a fundação de uma sociedade para alfabetização da classe trabalhadora. Basta ver-lhe o emblema: uma mão segurando um livro e outra mão pronta para dar um soco. Seus principais proponentes são estudantes e literatos que ainda, em 1933, falam em Pátria com voz tremida, fitando histericamente as tábuas do teto. (...)

Quando a burguesia bate à nossa porta afirmando que nos vem curar ou que deseja ensinar nossos filhos a ler, não devemos

ter dúvidas: ela ou vem buscar o nosso trabalho ou a nossa vida..."³⁸

A denúncia das precárias condições de vida e trabalho do operariado urbano e industrial e das iniciativas "hipócritas" e "insuficientes" do poder constituído em diferentes instâncias para a resolução da "pobreza" do operariado foi feita sistemática e reiteradamente pelos jornais operários, às vezes com enfoques políticos distintos.

De qualquer maneira, o trabalhador na cidade de São Paulo recebia também atestado de pobreza da imprensa operária, de acordo com a dura realidade de um centro que se industrializava e urbanizava rapidamente. Jornais de tendência anarquista, comunista e socialista representaram o trabalhador na capital como pobre e o desempregado como miserável, o que era, quase, um eufemismo. A pobreza ou miséria do trabalhador assalariado em São Paulo, denunciadas nesses jornais, deveriam levar à luta e mobilização política; o trabalhador pobre deveria, no discurso político, transformar-se em sujeito de sua história. A pobreza operária aparece nesses jornais de modo bastante diferente, portanto, daquele encontrado nos vários relatos, estatísticas, inquéritos e estudos sobre o operariado na capital. Como se viu, nos diversos relatos sobre a pobreza urbana ou operária, a classe trabalhadora aparecia sempre como objeto a ser curado, tutelado, patrocinado, sendo seus problemas concretos analisados de uma perspectiva técnica e sendo propostas soluções onde o parecer operário era desqualificado e raramente levado em conta.

No discurso militante anarquista ou comunista a reiteração de que o trabalhador industrial e urbano era um trabalhador pobre tinha uma função política e a pobreza operária era responsabilizada. Às vezes o patronato da indústria e do comércio em São Paulo era responsabilizado diretamente pela situação adversa do trabalhador. Os "graúdos" tinham seus nomes apontados abertamente. Na maioria das vezes à burguesia era imputada, de forma genérica, a dura exploração a que estavam submetidos os trabalhadores, sendo os poderes públicos denunciados como coniventes, omissos ou apontados como claramente interessados em perpetuar, de uma ou outra forma, uma ordem social injusta.

37. A Plebe. 12-8-1933.

38. A Plebe, 13-1-1934.

No final da década de 20 os poderes públicos eram denunciados como passivos e alheios aos problemas do operariado em São Paulo; no ano de 1929 os "capitães da indústria" teriam iniciado uma vasta ofensiva contra a "classe" pobre em geral, diminuindo cada vez mais o "nível de existência" do trabalhador, suprimindo a jornada de oito horas diárias de trabalho, reduzindo os já "ínfimos ordenados", não cumprindo as leis que pudessem beneficiar o operariado, com a complacência dos poderes públicos constituídos...³⁹

Após 1930, a imprensa operária criticou acerbamente os "homens da Segunda República", que tudo estariam fazendo para "perpetuar o sistema de escravatura moral e econômica do proletariado". Não obstante, o "ministro do Trabalho e os Departamentos estaduais a ele subordinados com o fim exclusivo de acorrentar ainda mais o trabalhador à escravidão burguesa e estatal" não estariam conseguindo seus objetivos, suas finalidades.⁴⁰

São inúmeros os textos em que a burguesia, o Estado e o patronato da indústria, finanças e comércio aparecem qualificados direta ou indiretamente como inimigos de classe e como responsáveis pela extrema pobreza do trabalhador. A imprensa operária, ventilando continuamente o tema das péssimas condições de vida e trabalho, atribuindo responsabilidades e culpas, politizava decisivamente o problema da pobreza do operariado, exigindo sua participação efetiva para a solução do mesmo, através de diversas formas de organização e luta.

Se, de um lado, o discurso sobre a pobreza serviu para promover alguns agentes sociais — engenheiros "sociais", médicos-higienistas, sanitaristas, educadores, sociólogos, filantropos, enfim, técnicos de diferente formação —, não se pode negligenciar a importância da autopromoção do discurso militante da imprensa operária ao insistentemente discutir as más condições de vida e trabalho do operariado.

Como o discurso político da imprensa operária não era homogêneo em suas intenções programáticas uma vez que correspondia às aspirações de várias tendências políticas, propostas diferentes em relação à organização da classe operária apareciam ancoradas na questão da pobreza do proletariado urbano.

39. *O Internacional*, 1-5-1929.

40. *O Trabalhador*, 5-2-1931.

3.4. O COTIDIANO OPERÁRIO E A SUA ORGANIZAÇÃO

Grupos de tendência anarquista e comunista denunciaram não só a exploração do trabalhador nas fábricas e locais de trabalho e suas precárias condições de vida e existência como também insistiram na "sujeição" do trabalhador à "ordem burguesa" no cotidiano de um modo geral, de acordo com sua visão e doutrina política.

Afirmavam setores de tendência comunista:

"O rádio, a imprensa, o cinema, a escola, etc... também são armas que os nossos sanguessugas utilizam para melhor nos explorar e oprimir, dizendo que nos querem educar física e intelectualmente com seus clubes recreativos, esportivos e culturais, não têm outro objetivo senão entorpecer os nossos sentimentos de classes e auferir, à nossa custa, maiores lucros".⁴¹

"A crise porque hoje, nós trabalhadores, passamos, prove-niente da estabilização do câmbio, não tem qualificativo! E cada vez mais se acentua, mais se agrava, os tubarões das finanças e da indústria organizam trustes dos gêneros de primeira necessidade, como ainda agora o do açúcar, pelo 'benemérito' Matarazzo; e, no entanto, o proletariado, único elemento capaz de pôr freio a esses 'mastodontes', se não é nos dias de carnaval, é aos domingos nos campos de futebol, burguês, deixa-se levar por um entusiasmo contrário àquele que devia de ser.

Reprovar todos esses 'brinquedos' com que a burguesia nos 'brinda' — os 'passatempos' burgueses. São os que a nós mais nos prejudicam. Com eles os abutres diluem o instinto revolucionário dos trabalhadores hoje seus escravos!"⁴²

O jornal anarquista *A Plebe* afirmava serem a submissão aos plutocratas, a superstição do diabo e a devoção à "Santa Igreja", profundamente radicadas na "plebe incauta", as razões para a precária situação do proletariado paulista. Tratava-se de tarefa difícil a instrução do operariado no sentido de obter suas "irrefutáveis reivindicações": "E vá alguém querer emancipá-los e arrancar das pobres mentes destes assalariados o anacrônico sistema que ainda perdura na pitoresca Paulicéia". No modo de ver anarquista,

41. *Nossa Voz*, 1-1-1935.

42. *O Internacional*, 15-2-1929, de orientação comunista.

para que o proletariado paulista adquirisse o “sublime adjetivo de instruído” tornava-se mister prescindir de todos os arcaicos dogmas religiosos e aprender, no lugar dos mesmos, as teorias de Proudhon, Bakunin, Kropotkin e outros “insignes sociólogos”, além das de “milhares de abnegados militantes em prol de uma sadia humanidade”. Lamentavam-se os anarquistas: “Em São Paulo, estes grandes filósofos são desconhecidos pelas massas, salvo poucas exceções, porém. Mas se em Nova York se efetua uma luta de boxe, em São Paulo sabe-se logo quem é o ‘ídolo’ vitorioso, incluso as crianças da escola...”⁴³

No entender anarquista havia alguns meios constantes utilizados pelos setores dominantes para subjugar os trabalhadores em São Paulo:

“Atualmente são três os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política.

Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorjetados incitadores políticos.

Nos campos de futebol os operários de ambos os sexos tornam-se aficionados e torcedores e brutalizam-se a ponto de só viverem discutindo entre os seus companheiros os lances e proezas dos campeões.

Nas igrejas os padres se encarregam de avivar as superstições e idolatrias fazendo deste modo o papel de amansadores de burros chucros, isto é, enfreiam e encilham a pobre besta operária, dão os primeiros corcovos e depois entregam-na aos ricos...

Os encarregados e agitadores políticos (patrioteiros do estômagos e do bolso) se incumbem de alistar eleitores, de insuflar nos trouxas o partidatismo por esta ou por aquela facção, (...) promovendo por essas habilidades camelóticas a completa irracionalidade da besta operária, que fica com sentimento de pátria e como escada animada para os águias subirem e os palhaços da política rirem-se.

Assim o mundo marcha... à moda de caranguejo, andando para trás”⁴⁴

43. A *Plebe*. 21-12-1932 (jornal de tendência anarquista).

44. A *Plebe*. 28-1-1933.

Em função de sua avaliação, esses grupos, às vezes de modo divergente, pretenderam organizar o lazer e a instrução do operariado na cidade com a intenção de constituir uma “cultura de classe” que se contrapusesse à “cultura burguesa”. Principalmente junto aos sindicatos deveriam ser organizadas atividades recreativas e educacionais que propiciassem uma “consciência e solidariedade proletárias”.

Os grupos de tendência comunista, no final dos anos 20 e início dos 30, empreenderam, por exemplo, campanha pela “Proletarização do Esporte”, notadamente dos clubes de futebol. Essa “proletarização” significava trazer para junto dos sindicatos atividades esportivas de maneira a incentivar o comparecimento dos trabalhadores, sendo às vezes declarada a intenção de assegurar aos clubes de várzea e centros esportivos dos bairros operários uma direção dos próprios trabalhadores que os compunham, tentando evitar seu uso e manipulação.⁴⁵ O sindicato dos gráficos consegue formar no período um departamento esportivo e uma associação esportiva (AGE), e seu semanário tentava apresentar uma página esportiva que visava concorrer com as páginas esportivas dos grandes diários. Subvencionado pelo *O Internacional* era fundado um clube do sindicato dos empregados em hotéis, restaurantes, etc., o Grêmio Artístico Esportivo Internacional (GREI) em 1929. Uma federação que congregasse os clubes esportivos dos sindicatos era aspiração a ser concretizada, centralizando-se o “esporte proletário”.

O teor dos inúmeros artigos em prol da “proletarização do esporte” era via de regra quase sempre o mesmo:

“Viva o Esporte Proletário!

A necessidade do esporte para a juventude é um fato incontestável. A burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para os seus clubes.

Que fazem os jovens nos clubes burgueses?

Defendem as cores desses clubes. Se o clube é de uma fábrica é o nome e a cor da fábrica que defendem; a burguesia

45. Por exemplo: *O Trabalhador Gráfico*, 5-11-1927, 1-4-1928, 1-5-1928, 25-5-1928, 1-7-1928, 5-12-1928, 10-1-1929, 7-2-1929, 10-12-1932, 7-2-1933 e 7-2-1936; *O Internacional*, 31-8-1928, 15-9-1928, 1-1-1929, 1-5-1929; *Nossa Voz*, 1-7-1934 e 15-8-1934.

cultiva neles a paixão e a luta contra a juventude das outras empresas. (...)

Todo operário 'footballer' deve ingressar nos clubes proletários.

Já existem alguns, outros entretanto devem ser criados.

No mundo obreiro ninguém mais ignora que o esporte bretão tem sido útil ao capitalismo para desviar a atenção das massas trabalhadoras dos seus sindicatos profissionais. (...)

Nós estamos a ver com simpatia a proletarização que do futebol se vem fazendo entre nós, com a fundação de departamentos esportivos junto às organizações operárias e criação de clubes nas fábricas, nas oficinas de jornais, enfim, em toda a parte onde existe consciência proletária.

Entretanto, urge fazer um reparo: esses clubes, já em crescendo número, deviam, todos entrar num entendimento e ingressarem nas sedes dos sindicatos, onde ficariam em departamentos anexos, e, em seguida, organizariam uma entidade suprema, uma Federação, por assim dizer.

Ter-se-ia, destarte, proletarizado o esporte.

Outros operários, exímios 'footballers', deixariam os clubes burgueses, vindo para os dos seus irmãos de luta...⁴⁶

Comentando a posição anarquista, contrária à prática do esporte pela juventude por enfraquecer e desvirtuar para a luta, observavam os comunistas ser preciso ter em conta que se os jovens não praticassem o esporte dentro do seu sindicato, iriam praticá-lo fora dele, resultando disso o afastamento dos sindicatos desses elementos, virtuais "companheiros conscientes para o futuro". Em seu entender, entre o proletariado, o esporte constituía um setor no campo de luta, sendo preciso criar tantos quantos setores fossem necessários para formar o "grande exército" que libertaria os trabalhadores das "misérias e opressões". Da mesma maneira avaliaram a beneficência. Conscientes de que ela não resolvia o problema do proletariado, estavam, não obstante, convencidos de que se criava, com a mesma, mais um setor para "evitar que a burguesia, inteligente como é", absorvesse por completo todos os meios de que se podia dispor para a luta...⁴⁷

46. O *Trabalhador Gráfico*, 25-5-1928.

47. O *Trabalhador Gráfico*, 5-12-1928.

Os grupos de tendência comunista percebiam ter o futebol tomado "impulso" em todas as camadas sociais. Em todos os lugares se viam prosas, discussões, apostas sobre o jogo do domingo próximo. Assim, até meados da semana só se falava no jogo realizado no domingo próximo passado; de meados da semana até o domingo próximo só se comentava os jogos a serem realizados.

Não pretendiam dizer com isso serem contrários ao futebol e outros esportes. Todos deveriam praticá-los em certas horas, nos clubes compostos e dirigidos por trabalhadores, fugindo de tudo aquilo que era "impingido" pela burguesia, através de suas fábricas e estabelecimentos. Reiteravam: "Trabalhadores que somos, organizaremos os nossos clubes, as nossas ligas, feitos e dirigidos por nós mesmos, sem interesse de dinheiro, mas só animados pelo espírito de solidariedade proletária".⁴⁸

A Rússia dos soviets era apontada como exemplo na questão da "criação do esporte proletário", a "Espartaquiada" de Moscou servindo de modelo contrário às Olimpíadas "burguesas"; um "espírito fraterno" entre os trabalhadores nos jogos e disputas era incentivado, sendo a "calma, a isenção de ambição de vitória a característica mais saliente do esporte proletário".⁴⁹

Criticando os comunistas que, "fiéis à consigna do 'partido' ou da 'oposição', não têm poupado esforços para anular a obra da federação, chegando até a desorganizar vários sindicatos por não conseguirem dominar, criando fantásticas entidades com a tal Confederação Geral do Trabalho e Federação Sindical Regional e fazendo de sindicatos com um passado honrosíssimo na história do proletariado paulista, centros esportivos, recreativos e dançantes, com vesperais dominicais e ensaios de danças semelhantes",⁵⁰ os

48. *Nossa Voz*, 1-7-1934. O futebol era apontado como "ópio terrível" para os trabalhadores. As indústrias descontinuariam em folha "pequenas" quantias mensais para a manutenção do clube da fábrica, segundo esse jornal.

49. Por exemplo: O *Trabalhador Gráfico*, 10-1-1929; O *Internacional*, 1-5-1929. A manipulação dos clubes esportivos de futebol pela burguesia era exemplificada às vezes com exemplos mais concretos. Na greve da Light, em 1919, a "população dos clubes" teria sido convocada para substituir os grevistas e em 1932 os clubes teriam como missão explícita "arregimentar a população trabalhadora" (*Nossa Voz*, 15-8-1934). "Times" famosos na cidade, como o Palestra, Corinthians, Paulistano, Santos, etc. eram apontados como clubes burgueses, onde a "torcida" nunca tinha vez (O *Internacional*, 1-5-1929).

50. O *Trabalhador*, março-abril de 1932 (de tendência anarquista).

grupos anarquistas e anarco-sindicalistas enfatizaram a criação e promoção de atividades culturais, dentro e fora dos sindicatos, mais de acordo com a *moral anarquista*,⁵¹ que se opunha à *política* comunista.

“O movimento corporativo e sindical precisa ter um caráter permanente, constante, assíduo, ininterrupto. Ao contrário do que tem sido até agora, momentâneo, emergente, ocasional, alternado, ele deve ser persistente, pertinaz, contínuo, apurado, o fulcro para onde converjam todas as atividades, todos os pensamentos, todas as esperanças dos trabalhadores. A associação deve ser o lugar de reunião de todos aqueles que lhe dediquem as suas atividades, lhe consagrem todos os seus ócios, lhe reconheçam toda a bondade e finalidade e onde se refugiem das atuações banais que os cercam e lhes acenam para lhes arrebatam o dinheiro e a saúde. Deve ser um centro de estudos sociais onde os bons amigos se encontrem, onde haja livros e jornais que possam ser lidos e consultados, deleitando e instruindo o espírito simultaneamente.

Os burgueses têm os seus centros, as suas associações, as suas federações onde conspiram contra o sossego e os interesses físicos e econômicos e morais dos trabalhadores; têm os seus clubes onde se encontram para seus divertimentos ou para as suas jogatinas.

Pois os trabalhadores precisarão ter também os seus recintos associativos, modestos, é verdade, como de gente pobre que são, mas onde não falte o jornal, o livro, a brochura, onde discutam os seus interesses coletivos, onde possam até tomar o seu café, onde organizem as suas palestras educativas ou de orientação, para não serem tomados de surpresa e terem de tudo fazer à pressa, de tudo improvisar sem o necessário preparo, quando o tempo urge e os acontecimentos se precipitam.

É muito comum, após um movimento fracassado, após uma arremetida policial, assistirmos ao esfaleamento das associações. Mas isto é necessário que não se repita”.⁵²

Na ação fora dos sindicatos e organizações operárias, aliás, os grupos anarquistas formados por afinidades ideológicas, relações de trabalho, amizade e “cultura” e mesmo por circunstâncias de

vizinhança, colocaram sempre ênfase maior na “educação e instrução”, sendo a recreação explicitamente educativa.

Nos fins da década de 20 e início de 30 os grupos anarquistas ainda propugnavam, por exemplo, um teatro social de conteúdo crítico e voltado para os interesses do proletariado, sendo as peças, às vezes, representadas por operários em salões dos bairros populares e operários como o Brás (Salão Gil Vicente, Salão da Federação Espanhola, etc.) e nas sedes dos sindicatos ainda filiados à FOSP. Ainda se tem notícia de festivais de confraternização, festivais de propaganda, comemorativos, festivais de caráter cultural benéfico (em prol dos jornais de tendência anarquista, entre eles *A Plebe*), piqueniques “proletários”, noites de “arte proletária”, etc. Os piqueniques, intitulados “libertários”, “primaveras libertárias”, “vida anarquista”, implicavam viagens curtas até bairros distantes da cidade, bastante arborizados, com parques, etc., sua forma não divergindo muito da de um piquenique corriqueiro, com exceção da “hora literária” e da “conferência educativa”. Sinais como “reabertura”, “reconstituição” de grupos teatrais, cancelamento de piqueniques e festivais evidenciavam seu caráter intermitente e difícil. Os piqueniques “proletários” ainda conseguiram reunir às vezes 1.500 pessoas, e festivais bem-sucedidos chegavam a contar com quase oitocentas pessoas.⁵³ Tudo indica que as iniciativas anarquistas quanto à proposição de formas de lazer e instrução tiveram maior alcance em São Paulo até 1920.⁵⁴ Afinal, o crescimento da cidade tinha seu preço.

53. Maria A. Guzzo Decca, “Alguns Aspectos da Vida Operária em São Paulo: 1927/1934”, *op. cit.* Os festivais seguiam, via de regra, esse tipo de forma e conteúdo: “1.º abertura pela orquestra; 2.º conferência educativa por.....; 3.º Drama social em um ato ‘A Onda que avança’; 4.º Comédia em um ato; 5.º Ato variado de que constarão vários recitativos e monólogos” (*A Plebe*, 25-2-1933). Os festivais realizados em sindicatos ou associações operárias de orientação não-anarquista eram praticamente iguais, sendo seguidos, no entanto, pelo baile familiar. “1.º Abertura pela orquestra; 2.º Grupo Dramático do Sindicato com o empolgante drama em um ato ‘O Escravo’; 3.º Sinfonia pela orquestra; 4.º Hilarante comédia em um ato ‘A Noiva e a Égua’; 5.º Grande baile familiar...” (*O Internacional*, 31-7-1928).

54. Edgar Rodrigues, *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972; Francisco Foot e Victor Leonardi, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*, *op. cit.*; Francisco Foot, *Nem Pátria, Nem Patrão*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

51. Boris Fausto, *op. cit.*
52. *A Plebe*, 14-1-1933.

Uma instrução de "caráter classista", isto é, que enfatizasse os interesses opostos da classe dominante e trabalhadora, era proposta dentro dos sindicatos e fora deles pelos diferentes grupos.⁵⁵ Os estatutos dos sindicatos traziam na época, como ponto central, a fundação de escolas, bibliotecas, cursos de alfabetização para os sindicalizados (por exemplo, estatutos do sindicato dos gráficos, empregados no comércio, bancários, trabalhadores da Light, etc.). Os grupos anarquistas ainda tentavam formar "centros de cultura" voltados para os interesses operários, como o Centro de Cultura Social (reaberto em 7-1-1933), cujas atividades eram reportadas semanalmente pelo jornal *A Plebe*.⁵⁶ Noticiava-se a formação de núcleos de ação e cultura proletária,⁵⁷ Ateneu de Cultura Popular, Ateneu de Estudos Científicos e Sociais, etc., e a fundação de grupos de ação cultural e educativa em bairros operários que pareciam, no entanto, terem tido existência efêmera e intermitente. Nesse período, as propostas de "instrução proletária" por parte dos grupos anarquistas não tiveram, certamente, o mesmo alcance que revelaram ter até o início da década de 20,⁵⁸ mas sua vigência na cidade de São Paulo não pode ser negada.

A "instrução ou educação proletária", que deveria se contrapor à "educação e instrução burguesa", tinha teor geral semelhante entre os vários grupos militantes, embora as formas pensadas para sua efetivação fossem divergentes. Identificaram-se sobretudo no objetivo de tentar "organizar", através da recreação e educação, o cotidiano do operariado.

Essa organização do cotidiano era proposta pelos grupos militantes, de tendência anarquista ou comunista, ligados ou não à ação sindical, como forma de garantir uma "mobilização" permanente do operariado. A partir de suas concepções políticas tentavam propor uma "resistência organizada no cotidiano", buscando constituir um "modo de vida" que julgavam ser condizente com a condição operária.

Mesmo os pequenos grupos socialistas, constantemente em conflito nos inícios dos anos 30 em São Paulo, de orientação "refor-

55. Maria A. Guzzo Decca, *op. cit.*

56. *A Plebe*: praticamente todos os números do ano de 1933.

57. Por exemplo: *A Plebe*, 29-4-1933 e 10-11-1934.

58. Edgar Rodrigues, *op. cit.*

mista"⁵⁹ ou "socialista-proletária",⁶⁰ tinham algumas propostas em relação às questões do cotidiano operário. Enquanto os grupos de orientação "reformista" viam a solução das "questões operárias" apenas no âmbito das instituições oficiais e dos poderes constituídos, os grupos que se auto-intitulavam "proletários" tinham propostas de "resistência organizada" para o proletariado, no dia-a-dia, através de iniciativas de caráter educativo, onde a participação dos poderes públicos, porém, não era descartada. Diferenciavam-se nesse sentido dos grupos de tendência comunista ou anarquista, que, na maioria das vezes, refutavam qualquer compromisso com as "instituições burguesas". Em sua *política* educacional, os grupos "socialistas-proletários" previam, além da obrigatoriedade do ensino até catorze anos (aí se permitiria que o estudante exercesse função profissional técnica sem prejuízo do aperfeiçoamento cultural), algumas medidas para a "ilustração do operariado" para assegurar a constituição de uma "cultura operária". Assim, era recomendada a criação de organizações mistas de mestres e obreiros, que constituiriam "universidades populares do trabalho"; escola familiar co-educativa, laboratórios populares para experiências, aprendizagem e estudos do povo em geral. O estabelecimento de um código da criança, a ruralização do ensino, escolas de maternologia e bibliotecas populares também eram recomendadas.⁶¹ Para o "problema econômico" das classes trabalhadoras era estudada a possibilidade da criação de cooperativas de consumo, de trabalho, de produção e cultura...⁶²

* * *

59. *O Socialista* (Órgão do Conselho de Propaganda do Partido Socialista Brasileiro, de São Paulo), 16-7-1933. O Departamento Estadual do Trabalho era, por exemplo, altamente elogiado: "Por aí se vê claramente o quanto de útil tem realizado o DET não só amparando a malfadada classe operária encaminhando-a aos campos e as fábricas, como patrocinando e facilitando a fundação de sindicatos pelas diversas cidades do interior e resolvendo questões surgidas entre operários e patrões..."

60. *Luta Social* (Órgão do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo), 7-12-1933.

61. *Luta Social*, 7-12-1933.

62. *Luta Social*, 27-1-1934.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certa forma, as considerações mais gerais ou conclusões parciais deste estudo foram inseridas ao longo e ao final dos diferentes itens e capítulos, tornando-se desnecessária aqui sua recapitulação e síntese.

Por outro lado, pretendeu-se na descrição e análise do cotidiano operário fora das fábricas nas décadas de 20 e 30, em São Paulo, muito mais abrir caminhos e possibilidades de pesquisa e conhecimento, do que concluir taxativamente acerca dos temas investigados. Não é tarefa do historiador estabelecer verdades e afirmar conclusões definitivas; a história é continuamente repensada, reavaliada e reescrita.

Assim, apenas algumas constatações e indagações pretendem ser colocadas agora.

A classe operária, homogênea no viver pobre e com experiências cotidianas semelhantes, embora não idênticas, se colocava frontalmente oposta, no dia-a-dia, às outras classes e grupos sociais na cidade. Em meados dos anos 30 uma parcela do operariado vai se diferenciando gradativamente em função de sua "tradição" de ofício e permanência na cidade. Alguns inquéritos publicados na *Revista do Arquivo Municipal* indicam que, no limiar da década de 40, alguns imigrantes operários e seus filhos parecem se destacar no interior do proletariado industrial, notadamente os italianos que se localizaram massivamente no Brás e Mooca. De qualquer maneira, a vida do operariado não se alterou substancialmente com a expansão e diferenciação dos setores industriais ou de serviços pelo menos até 1940. O operário continuava em geral a ser igualado ao pobre.

A classe operária tinha consciência de seus interesses e situação. No final dos anos 20 e início dos 30, sua ausência em movimentos como os de 1930 e 1932 é bastante significativa, principalmente se for levada em consideração a luta sindical e as inúmeras manifestações grevistas, não importa seu alcance, na cidade.

Nos inquéritos, pesquisas e estudos acerca do operariado paulista algumas vezes se pode entrever sua presença reticente, onde a desobediência não raras vezes se insinua. As afirmações dos educadores sanitários, por exemplo, de que o operariado em São Paulo era avesso às instruções educativas, mas comparecia regularmente aos centros e "postos" de saúde para receber o leite gratuito ou auxílio médico quando se fazia premente, indicam que o operariado não se iludia facilmente. Como afirmou Paulo Sérgio Pinheiro na introdução do segundo volume da série de documentos sobre a classe operária no Brasil, o operariado parecia apresentar uma postura ao mesmo tempo "resignada e revoltada" diante do cotidiano difícil.

A experiência operária só pode ser dimensionada pontual e difusamente, tornando-se, portanto, mais interessante colocar questões do que generalizar longamente sobre a mesma.

Talvez a mais curiosa das perguntas suscitadas por essa pesquisa diga respeito ao crescente aparelhamento técnico-burocrático, revestido de caráter racional e científico, que passa a envolver as chamadas "questões sociais". Até que ponto, na cidade de São Paulo, uma "especialização, adequação e racionalização" das questões cotidianas dos setores operários e pobres não constituiu a raiz de políticas mais contemporâneas, à cuja eficiência duvidosa estão aliadas intenções de "escamoteamento de problemas" e controle social?

* * *

BIBLIOGRAFIA

- ANTONACCI, M. Antonieta. *O IDORT e a Racionalização do Trabalho em São Paulo, 1931-1945*. Campinas, Finep/Unicamp, 1984 (mimeo.).
- ARAUJO F.º, J. R. "A População Paulistana", in *A Cidade de São Paulo*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1958, vol. II.
- BARROS, Maria Pais de. *No Tempo de Dantes*. São Paulo, Brasileira, 1946.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis Tempos (Memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- BEIGUELMAN, Paula. *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo, Símbolo, 1977.
- BLAY, Eva A. *Eu Não Tenho Onde Morar. Vilas Operárias na Cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1985.
- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz Editora Ltda., 1979.
- BRUNO, Ernani S. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, 3 volumes.
- . *Memória da Cidade de São Paulo* (Depoimentos de Moradores e Visitantes — 1853/1958). Registros 4, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1981.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo, Martins, s.d.

- COLEÇÃO "História dos Bairros de São Paulo". Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo (vários volumes consultados, Bom Retiro, Barra Funda, Brás, Bexiga, etc.).
- CRUZ, Heloísa F. *Os Trabalhadores em Serviços: Dominação e Resistência*. Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História, IFCH, Unicamp, 1984 (mimeo.).
- CUNHA, M. Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo. Juqueri, História de um Asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971.
- DECCA, Edgar de. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DECCA, Maria A. Guzzo. "Alguns Aspectos da Vida Operária em São Paulo", in *Plural*, São Paulo, Editora Japi Ltda., ano I, n.º 3, 1979, pp. 26-41.
- . "No Interior da Moradia Operária — São Paulo, 1890/1940", *Anais do Museu Paulista*, tomo XXXIII, USP, 1984, pp. 97-109.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- D'OOLIVEIRA, Clodoveu. *O Trabalhador Brasileiro: Esboço Antropossociológico Seguido de Inquéritos sobre o Trabalho Feminino no Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia de A Balança, 1933.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por Ele Mesmo*. São Paulo, Edart, 1971.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- DYOS H. J. e WOLFF, Michael. *The Victorian City*. Londres, Routledge and Keegan Paul, 1973.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa, Martins Fontes, 1975.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- . *Crime e Cotidiano — A Criminalidade em São Paulo — 1880/1924*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FENELON, Déa. "Fontes para o Estudo da Industrialização no Brasil — 1889/1945", in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, março de 1982, n.º 3, pp. 79-115.
- . "Estado, Poder e Classes Sociais", in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, março de 1984, n.º 7, ANPUH/Marco Zero.
- FOOT, Francisco. *Nem Pátria, nem Patrão*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FOOT, F. e LEONARDI, V. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *La Verdad y las Formas Jurídicas*. Barcelona, Gedisa, 1980, pp. 89-115.
- . *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo, Alternativa, edição fac-similar de Mara Lobo, 1933.
- GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la Política y sobre el Estado Moderno*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972.
- . *Cultura y Literatura*. Barcelona, Península, 1972.
- HALL, Michael e PINHEIRO, P. S. *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, Documentos, vol. I.
- . *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo, Brasiliense, 1981, Documentos, vol. II.
- HOBBSAWM, Eric. *Os Trabalhadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- . "As Classes Operárias Inglesas e a Cultura desde os Princípios da Revolução Industrial", in *Níveis de Cultura e Grupos Sociais*. Lisboa, Cosmos, 1974.
- JONES, Gareth Stedman. *Outcast London*. Londres, Penguin, 1971.
- . "Working Class Culture and Working Class Politics in Londres, 1870-1900: Notes on the Remaking of a Working Class", in *Journal of Social History*, Londres, pp. 460-508.
- LE FEBVRE, Henri. *La Vida Cotidiana en el Mundo*. Madri, Alianza Editorial, 1974.
- LINHARES, Herminio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- MACHADO, Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda*. São Paulo, Martins, 1943.
- . *Cavaquinho e Saxofone*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.
- MAGNANI, Sílvia L. *O Movimento Anarquista em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARAM, Sheldom L. *Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário Brasileiro/1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.